

**Ata da sessão Ordinária realizada  
dia 21 de novembro de 2014**

Aos vinte e um dias do mês de novembro, do ano dois mil e catorze, pelas **21 horas**, reuniu-se a Assembleia Municipal de Almodôvar, em **Sessão Ordinária**, na sala das sessões, no edifício-sede dos Paços do Município, sob a Presidência de **Severo Venâncio Estevens de Almeida**, secretariada por **Duarte Freitas de Sousa**, como 1.º secretário e **Carlos Almeida Caetanita**, como 2.º secretário, dando cumprimento ao preceituado no artigo 28.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.-----

**Encontravam-se presentes na sessão os deputados: -----**

**Eleitos pelo PS:** José Eduardo Pereira Brites, Vítor Manuel Vilhena Saleiro, Ana Maria R. T. Ramos Barão, José Manuel Rodrigues Guerreiro, Presidente de Junta de Freguesia da Aldeia dos Fernandes, José Germano Silvestre e Presidente da União de Freguesias de Almodôvar e Graça dos Padrões, Domingos Manuel Romba Guerreiro;-----

**Eleitos pelo IPA:** Francisco Lourenço Teixeira, Celeste Colaço do Rosário Sebastião, Vítor Manuel Libânio Afonso, José Romba Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz, Sara Isabel Martins Agostinho e Presidente da Junta de Freguesia do Rosário, Joaquim António Guerreiro; -----

**Eleitos pelo PSD:** Lucília Conceição Sousa Aleixo de Barôa, Paula Cristina V. Camacho Botelho, Bruno Miguel Fernandes Martins, Presidente da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Hélder Manuel Palma Guerreiro e Presidente de Junta de Freguesia de S. Barnabé, Sérgio Manuel Afonso Palma; -----

**Faltaram à sessão** os deputados Maria de Fátima Paleta do Carmo (PS), Cláudio André Brás Silvestre (PS) e Ricardo Emanuel Geraldo Jacob (PSD), que pediram a respetiva substituição, tendo sido substituídas, nos termos legais, respetivamente, pelos suplentes Ana Maria R. T. Ramos Barão (PS), José Manuel Rodrigues Guerreiro (PS) e Bruno Miguel Fernandes Martins (PSD). -----

**A Mesa justificou as faltas. -----**

Faltou, ainda, à sessão a deputada Dina Guerreiro Cavaco (IPA), que não justificou a sua falta. -----

**A Mesa aguarda a respetiva justificação de falta. -----**

Nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, estiveram presentes nesta sessão para além do Presidente da Câmara, António Manuel Ascensão Mestre Bota (PS), os Vereadores, Luís Artur dos Santos Gaiolas (PS), Ricardo António Monteiro Colaço (PSD), João António Rodrigues Palma (IPA) e António José Messias do Rosário Sebastião (IPA) -----

**A – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

- A.1.** - *Suspensão de mandatos e preenchimento de vagas;*-----
- A.2.** - *Votação da ata n.º 6 de 29 de setembro de 2014 - (2013/2017);* -----
- A.3.** - *Leitura de expediente;* -----
- A.4.** - *Intervenções.*-----

**B – PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

- B.1.** - *Apreciação e deliberação da proposta de Regimento da Assembleia Municipal;* -----
- B.2.** - *Apreciação e deliberação da Proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento, para o exercício económico de 2015;* -----
- B.3.** - *Conhecimento sobre a atualização das Taxas e Outras Receitas Municipais constantes na tabela anexa ao Regulamento, para o ano 2015;* -----
- B.4.** - *Apreciação e deliberação sobre a Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais e respetivo Regulamento de Organização dos Serviços Municipais;* -----
- B.5.** - *Apreciação e deliberação sobre o Mapa de Pessoal para o ano 2015;* -----
- B.6.** - *Conhecimento da Listagem dos Compromissos Plurianuais assumidos, no âmbito da Autorização Prévia Genérica para assunção dos mesmos, nos termos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 28 de Fevereiro;* -----
- B.7.** - *Apreciação da informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município, bem como da situação financeira; (alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro);* -----
- B.8.** - *Aprovação da ata em minuta.* -----

**C – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA** -----

- C.1.**- *Intervenção dos Municípes (n.º 1, do art.º 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro).* -----

**A – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.**-----

- A.1.** - **SUSPENSÃO DE MANDATO E PREENCHIMENTO DA RESPECTIVA VAGA:** -----

O **Presidente da Assembleia** comunicou que pediram a **suspensão do mandato** e respetivas substituições os deputados da Assembleia, Maria de Fátima Paleta do Carmo (PS) [1dia], Cláudio André Brás Silvestre (PS) [1dia] e Ricardo Emanuel Geraldo Jacob (PSD [1dia], tendo o núcleo da Assembleia Municipal desencadeado os devidos procedimentos para o preenchimento das respetivas vagas, tal como atrás foi mencionado. -----

**A Assembleia tomou conhecimento e nada objetou.** -----

**A.2. - VOTAÇÃO DA ATA N.º 6 DE 29 DE SETEMBRO DE 2014 - (2013/2017);** -----

O **Presidenta da Assembleia** colocou à apreciação a Ata n.º 06 da sessão ordinária de 29 de setembro de 2014. -----

Antes de dar a palavra à Assembleia, solicitou que se considerasse, desde logo, a seguinte correção à ata: - No **Ponto B.3, onde se lê:** *"Não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação a proposta n.º 86/PRESIDENTE/2014, relativa à Taxa Municipal de Direito de Passagem, a qual foi aprovada, por unanimidade, com 20 votos a favor (PS, IPA e PSD) "*; **deve ler-se:** *"Não havendo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia colocou à votação a proposta n.º 86/PRESIDENTE/2014, relativa à Taxa Municipal de Direito de Passagem, a qual foi aprovada, por unanimidade, com 21 votos a favor (PS, IPA e PSD)."* -----

Prosseguindo, o deputado **José Brites**, sobre este tema referiu o seguinte:-----

*"Por constar em ata, a fls. 180, o conteúdo da palavra dada ao deputado Francisco Teixeira que transcrevo em que também tinha correções a fazer à ata referindo ali as páginas 146, 147 e 148, onde consta o teor da sua intervenção que fez na última sessão, tenho pena de o dizer, mas estava ilegível, embora as palavras que proferiu estivessem praticamente todas escritas, o texto estava transcrito sem vírgulas, sem pontos finais, sem parágrafos, como se estivesse a ler um livro de José saramago.* -----

*Para mim é agora normal o deputado Francisco Teixeira, dado já não ser Presidente da Assembleia Municipal e não fazer parte da atual mesa, dizer que o que atrás foi transcrito, esquecendo-se que quando o era nos textos que eu apresentava por escrito e entregava à mesa, quando não lhe interessava o seu conteúdo e, em muitos deles, fazia o resumo de tudo o que escrevia, alterando muitas vezes, sem o meu consentimento, o que eu contestava...."* -----

O **Presidente da Assembleia**, interrompeu o Sr. deputado José Brites, solicitando-lhe que apenas se cingisse ao conteúdo da ata, agora em análise, que se abstinhasse de fazer comentários e dissesse resumidamente o que não estava em ata de harmonia com o que se passou na sessão.-----

O deputado **José Brites**, deu por terminada a intervenção e regressou ao seu lugar. -----

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia** colocou à **votação a Ata n.º 06** da Sessão Ordinária de 29 de setembro de 2014, a qual foi **aprovada por maioria**, com 19 votos a favor (PS, PSD, IPA) e 1 abstenção, do deputado José Manuel Guerreiro, por não ter estado presente na sessão (PS). -----

### **A.3. - LEITURA DE EXPEDIENTE:** -----

O **Presidente da Assembleia** informou sobre a correspondência recebida e expedida pela Assembleia, desde a última sessão até à presente data, cuja relação foi enviada a todos os membros e está disponível para consulta. -----

De entre esta correspondência, destacou: -----

Um convite institucional feito por uma Associação da Srª da Graça de Padrões, ao qual acedeu. -----

O convite institucional da Paróquia de Santo Ildefonso para acompanhamento da Nossa Senhora das Missões, que esteve duas semanas no concelho de Almodôvar. -----

E uma carta do deputado da Assembleia da República, Luís Pita Ameixa, relativa a um pedido que fez ao Sr. Ministro da Saúde, sobre o andamento do processo relacionado com o antigo hospital, pertença da Santa Casa da Misericórdia, que, como se sabe, é um problema que se arrasta já há muitos anos e que anda a ser dirimido em tribunal sem que, até há presente data, as autoridades governamentais lhe tenham dado qualquer andamento. -----

### **A.4. – INTERVENÇÕES:** -----

O **Presidente da Assembleia**, abriu as inscrições para intervenções, tendo-se inscrito os deputados Bruno Martins, José Brites, Francisco Teixeira, Celeste Sebastião, Domingos Romba e Ana Barão. -----

O **Presidente da Assembleia**, antes de dar a palavra aos senhores deputados inscritos, comunicou que lhe fizeram chegar à mesa dois votos de pesar pelo falecimento do Sr. Manuel Vicente Guerreiro, um apresentado pelo PSD e outro pelo PS, tendo este último sido distribuído aos senhores deputados. -----

Prosseguindo, deu a palavra ao deputado **Bruno Martins** que leu o seguinte **VOTO DE PESAR**: -----

*"O grupo parlamentar do PSD vem propor a esta Assembleia Municipal a introdução na ordem de trabalhos da aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Manuel Vicente. -----*

*O Sr. Manuel Vicente foi um cidadão exemplar, um profissional competente e um defensor entusiasta das potencialidades da freguesia de Santa Clara-a-Nova. Era uma pessoa frontal, autêntica, que amava a sua terra e o seu concelho. Foi um Presidente de Junta sempre disponível, que apresentou várias propostas e sugestões que contribuíram para o desenvolvimento da sua freguesia e do nosso concelho, cumprindo, de forma dedicada, as suas funções. Foi também um empreendedor e um lutador em prol do desenvolvimento do mundo rural e do desenvolvimento do património da sua freguesia, obra a que se dedicou em termos profissionais e com muito afinho. Estamos a falar do Museu Etnográfico Manuel Vicente. -----*

*Pelos motivos evocados anteriormente, propõe-se que esta Assembleia Municipal delibere, hoje, aprovar o presente voto de pesar pelo falecimento do Sr. Manuel Vicente, guardando um minuto de silêncio em sua memória e manifestar à sua família as nossas sentidas condolências, transmitindo o conteúdo deste voto de pesar." -----*

Continuando, deu a palavra ao deputado **José Brites** que leu o seguinte **VOTO DE PESAR**:-----

**"VOTO DE PESAR"**-----

*O Grupo de Deputados eleito pelo Partido Socialista de Almodôvar, vem pelo presente propor à Assembleia Municipal que, na sua sessão de 21 de novembro de 2014, aprove um VOTO DE PESAR pelo falecimento do Exmo. Senhor Manuel Vicente Guerreiro, com o seguinte teor: -----*

*"O Senhor Manuel Vicente Guerreiro faleceu a 17 de novembro de 2014. Foi um cidadão exemplar, um profissional competente e um defensor entusiasta do concelho de Almodôvar, enquanto cidadão e enquanto autarca, cujo mandato como Presidente de Junta iniciou em 1977 e terminou em 2001.-----*

*Era uma pessoa frontal, autêntico, amava a sua terra, a sua freguesia e deixou no nosso concelho um contributo de enorme valor para o desenvolvimento económico, social e cultural, cumprindo sempre de forma dedicada as suas funções.-----*

*Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere: -----*

*I - Aprovar o presente "Voto de Pesar" pelo falecimento do Senhor Manuel Vicente Guerreiro, guardando um minuto de silêncio em sua memória; -----*

*2 - Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste "Voto de Pesar". " -----*

Seguidamente o deputado **Francisco Teixeira** começou a falar do lugar onde se encontrava sentado, solicitando-lhe o **Presidente da Assembleia**, que se dirigisse à tribuna para falar, para que a sua intervenção pudesse ficar gravada, o que deu origem a um diálogo, no âmbito do qual o Sr. deputado reivindica um microfone portátil para falar sem ter de se deslocar à tribuna, alegando tratar-se de uma pequena intervenção.-----

Dirigindo-se à tribuna, o deputado **Francisco Teixeira** disse que iria votar os dois votos de pesar, mas, em sua opinião, o passado autárquico do Sr. Manuel Vicente, a sua postura na vida ao longo de mais de 70 anos, a dedicação que teve à serra do caldeirão e a todas aquelas gentes, é merecedora de que a Assembleia Municipal lhe preste um testemunho que vá para além de um simples voto de pesar. À semelhança do que a Assembleia Municipal anteriormente fez, aquando do falecimento do Sr. Manuel Silva e do Sr. Manuel Afonso, seria justo que, com tempo, uma vez que o falecimento se deu apenas há dois dias, a mesa reunisse um conjunto de elementos biográficos e, sobretudo, ligados à obra que deixou em benefício do património da sua freguesia e do concelho de Almodôvar que, não obstante estar mencionada nesses documentos, merece uma explicitação muito mais vasta. Porque foi a vontade indelével de um homem que calcorreou durante anos e anos, à sua custa, para deixar todo aquele espólio que nós esperamos que se transforme num emblema de Almodôvar, num moderno museu da ruralidade, esperamos que, em sua memória, seja prestado, por parte desta assembleia, um testemunho com toda a dignidade e que isso fique explícito em ata. -----

Este é o apelo que aqui deixa, para que na próxima assembleia se possa aprovar, à semelhança do que aconteceu com os outros dois Presidentes de Junta, um documento que honre a sua memória. -----

O **Presidente da Assembleia** disse que, como apareceram dois documentos sobre o mesmo assunto, e como o Sr. Manuel Vicente Guerreiro não era de ninguém e era de todos, não era pertença de um partido, embora o Partido Socialista fosse o seu partido de sempre, e havendo dois votos de pesar que se completam, a Mesa propõe que se faça uma fusão dos dois documentos e que o voto de pesar daí resultante passe a ser o voto de pesar da assembleia. -----

Se esta proposta tiver acolhimento nos dois partidos proponentes, far-se-á, logo que possível, um intervalo para se proceder à fusão dos documentos e, de seguida, apresentar-se-á o documento final para votação. -----

O deputado **Francisco Teixeira** sugeriu que se fizesse um documento com um conteúdo muito mais vasto, que refletisse o que foi a obra daquele homem. Referiu, ainda, a posição independente, em todas as Assembleias Municipais, do Sr. Manuel Vicente Guerreiro, como mais um elemento a constar desse memorial. Que esse documento fosse de acordo com a figura e não um simples voto de pesar. Sugeriu que se aprovassem agora estes dois documentos e que, na próxima Assembleia Municipal, se apresentasse um documento com mais amplitude, pois isso é absolutamente justo à sua memória, não havendo, assim, necessidade de uma interrupção para ir juntar os dois documentos, pois são ambos dignos. -----

Parece-lhe justo deixar um testemunho muito mais efetivo nos registos da Assembleia Municipal. -----

O **Presidente da Assembleia** disse que é perfeitamente normal que quando há duas ou três moções sobre o mesmo assunto, elas sejam fundidas e, sem embargo, o deputado Francisco Teixeira pode, se assim o entender, fazer uma proposta. -----

O deputado **Francisco Teixeira** disse que deixa à mesa essa consideração e que, portanto, não é preciso proposta. -----

O **Presidente da Assembleia** disse que, a fim de não se perder mais tempo, passar-se-á à votação dos dois votos de pesar, cada um "per si". -----

O **Presidente da Assembleia** colocou à **votação o voto de pesar** apresentado pelo Partido Social Democrata, o qual foi **aprovado por unanimidade**, com 20 votos a favor (PS,PSD,IPA). -----

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia** colocou à **votação o voto de pesar** apresentado pelo Partido Socialista, o qual foi **aprovada por unanimidade**, com 20 votos a favor (PS,PSD,IPA). -----

Fez-se um minuto e silêncio em memória do Sr. Manuel Vicente Guerreiro. -----

Continuando, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao deputado **José Brites** que leu as seguintes questões: -----

**"Assunto:** - *Reparação dos Sanitários públicos.* -----

*Se tem conhecimento do estado em que se encontram os sanitários públicos, sito na rua de Beja, nesta vila de Almodôvar.* -----

*Caso afirmativo para quando está prevista a sua reparação.-----*

**Assunto:** - *Reparação do Caminho municipal público. -----*

*Se tem conhecimento que o antigo caminho público que sai do caminho municipal 1198, dá acesso ao Monte das Cabecinhas, Monte Novo das Cabecinhas até chegar ao Monte do Charrua, dando ainda serventia a todos os prédios rústicos com ele confinantes. -----*

*Que neste caminho além dos utentes normais, através dele se processa a passagem de veículos, de rebanhos a pé, e ali também passam ralis, bem como praticantes das modalidades de atletismo e ciclismo, etc.-----*

*Mais esclareço que, desde que ali passou o último rali, nunca mais foi reparado, daí a sua degradação.-----*

*Caso afirmativo para quando a sua reparação.-----*

**Assunto:** *Abertura de vala zona das Eiras -----*

*Dado ter conhecimento da obra (vala) destinada à recolha das águas pluviais já ter sido iniciada na ribeira de cobres e numa rua na zona das Eiras em Almodôvar, pergunto se no respetivo projeto consta o revestimento em betume depois da obra realizada e, não constando, se o mesmo já está a ser elaborado.-----*

*Tal pergunta deve-se ao que aconteceu com a empreitada da vala destinada à substituição do cano de águas residuais no rua do Cais da Ribeira em Almodôvar, em que no projeto feito pelo anterior executivo não constava a sua repavimentação, em substituição da que anteriormente já existia, o que deu origem a uma reclamação e com razão dos ali residentes, por no verão ser só pó e, agora, no inverno, lama. O caso não é de admirar, pois o mesmo já foi feito anteriormente em alguns dos montes do nosso concelho, onde se tem feito saneamento e que só passado um ano ou mais é que é feita a repavimentação. -----*

**Assunto:** *Loja Social e Banco de Ajudas Técnicas -----*

*Fiquei satisfeito com o presente executivo por ter conseguido pôr em marcha mais este projeto, ou seja, a inauguração desta loja feita no dia 17 do corrente mês no fórum cultural, destinada aos mais carenciados do concelho e, desta forma, passar a estar sempre mais próximo das pessoas que verdadeiramente dele necessitam.-----*

**Assunto:** *Jardim da entrada Norte – Equipamentos. -----*

*Congratulo-me por ter sido levantada a questão na sessão da Assembleia que se realizou no dia 27 de Junho de 2014, sobre uma futura colocação de equipamentos destinados à prática de exercícios diversos e estes terem sido adquiridos e colocados no jardim, sito, na entrada norte (nas proximidades E.N.2 e das bombas de abastecimento*



*da Galp), encontrando-se a funcionar e, desse modo, à disposição para a prática da atividade física de todos os utentes que os queiram utilizar.----*

*E, já agora, como os arruamentos (passagens de pé posto) ali existentes, em ambos os lados da queda da água, possivelmente feitos aquando do jardim e, que agora, é através deles que se faz o acesso a estes equipamentos e porque ainda se encontrarem em terra batida, pergunto ao executivo, se há intenção de fazer o seu revestimento e, em caso afirmativo, para quando? -----*

**Assunto:** *Encontro de Almodovarenses Unidos -----*

*No passado dia 8 deste mês fui, pela primeira vez, à Casa do Alentejo.*

*Foi um encontro promovido e idêntico àqueles que foram feitos pelos Almodovarenses Unidos, desde o ano de 1970, que conheço só de ouvir falar e através de uma placa afixada no interior das paredes do nosso Mercado Municipal, que assinala o primeiro almoço da nossa terra, sendo então presidente da Câmara o Sr. Raul Candelas Godinho.-----*

*Foi uma festa muito bonita, muito participada, não só pelos que de cá foram, como os que vivem em Lisboa e arredores. A maioria dos almodovarenses diziam que desde há muitos anos que não se juntava ali tanta gente. -----*

*Vi lá e convivi com conterrâneos que não via à dezenas de anos, o que me deu imensa alegria.-----*

*O Grupo coral do Rosário foi muito aplaudido e o seu canto, na rua, juntou muita gente nos passeios.-----*

*No entanto, fiquei bastante admirado que nessa festa, que era só de gente do concelho de Almodôvar, estivesse no palco, a cantar, gente do concelho de Castro Verde. -----*

*Um dos fundadores dos Almodovarenses Unidos disse na praça, que nessa festa, antigamente, só havia Grupos Corais ou artistas de Almodôvar. Ora, havendo cá tantos grupos para tocar: os Beira Serra, os Malteses e o Grupo da Câmara Municipal, que cantam e tocam músicas idênticas e que os almodovarenses não só gostariam de ouvir como até de ver.-----*

*Mesmo não sendo sócio, mas tendo gostado muito da festa, por isso aqui ficam os meus parabéns, tanto a quem organizou, como a quem cedeu o transporte e ainda a quem aceitou as inscrições, mas apelo à organização para que, de futuro, os Grupos Corais, ou outros, sejam só do nosso concelho. Isto, também por ter tomado conhecimento que vai haver nos próximos dias na Casa do Alentejo uma festa, igual à nossa, realizada pelos amigos de Castro Verde e, no seu programa, se não estou em erro, só lá vai atuar quem é daquele concelho”. -----*

O deputado **Francisco Teixeira** referiu que sobre as declarações do deputado José Eduardo Brites só pode manifestar satisfação por ter

gostado da festa, mas as considerações que fez relativamente a quem esteve presente na tarde cultural, ser de Almodôvar ou não ser, isso não merece a sua aceitação, porque não foram pessoas estranhas ao concelho. São pessoas que têm trabalhado no concelho, muito têm feito por ele e já irá explicar porquê. O que estava ali em causa, era o valor cultural do nosso concelho e da nossa região e o Pedro Mestre fez uma atuação excelente tal como o Ruben Lameira. -----

O **Presidente da Assembleia** interrompeu o Sr. deputado Francisco Teixeira, pedindo-lhe que fizesse a sua intervenção e não respondesse às intervenções dos outros deputados -----

Esta interrupção gerou um diálogo que se resume: -----

O deputado **Francisco Teixeira** disse que estava numa intervenção livre e está a responder a considerações que lhe foram dirigidas. -----

Solicitou ao Presidente da Assembleia que não o interrompesse, que deixasse as pessoas falar, pois mal começam a falar já está a interromper e, assim, está a prejudicar o decurso da assembleia. O Sr. Presidente tem de o deixar falar, pois não pode estar numa assembleia e outra e mais outra a ouvir sistematicamente o Sr. Presidente a interrompê-lo, o que não pode ser. Referiu que nunca fez isso a ninguém e questiona se o que estamos a viver é uma democracia ou não é uma democracia, e acrescentou que o Sr. Presidente pode ficar descansado porque vai haver tempo para se debater tudo.-----

Terminou, dizendo que se inscreveu para falar sobre o Cante Alentejano. -----

O **Presidente da Assembleia** chamou à atenção ao deputado Francisco Teixeira, afirmando que estava a exorbitar as suas funções, que não é correto estar a responder à intervenção que o deputado José Brites fez anteriormente. Recordou que as assembleias têm regras e que essas regras têm que ser respeitadas. -----

O deputado **Francisco Teixeira** disse que foram feitas considerações sobre quem organizou a festa, e ele fez parte dessa organização, pelo que assume aquilo que fez. -----

Retorquiu que não está a transgredir as regras, mas que é o Sr. Presidente quem transgredir permanentemente as regras e isso não lhe fica bem. -----

Prosseguindo na sua intervenção, o deputado **Francisco Teixeira** disse que não devemos ver a questão como “temos que ser nós aqui, neste quadrado, e mais ninguém à volta”, referindo, a título de exemplo, que, tal como o Pedro Mestre é do Monte da Sete e cantou

numa festa dos "Almodovarenses Unidos", o Ruben Lameira é do Rosário e canta no grupo dos "Ganhões de Castro Verde". -----

Continuando, referiu que na próxima semana o Cante Alentejano vai ser reconhecido Património Cultural Imaterial da Humanidade, que vai ficar inscrito nessa lista representativa do Património Imaterial da Humanidade. -----

Embora a decisão seja só tomada no dia 26, quer, desde já, manifestar a sua satisfação por esse facto de imensa importância para o Alentejo, para o património e para todos aqueles autarcas que vêem o património como um fator estratégico de valorização do seu concelho, pelo que esse reconhecimento, efetivamente, vai poder trazer uma maior visibilidade ao Alentejo e tornar o Alentejo com mais visibilidade no mundo. -----

Isso é um facto de regozijo que não quer deixar aqui passar despercebido, por uma razão muito simples: Almodôvar que é uma terra de Cante, embora com intermitências, às vezes muito prolongadas, mas é uma terra de cante sobretudo nos últimos 15 anos, e ao qual deu o seu contributo para que esta inscrição na lista do património mundial pudesse acontecer. -----

Um conjunto de ações foram desencadeadas a partir dos anos 90 e a existência de grupos corais em Almodôvar, desde 1998, lembrando o grupo coral dos "Almodovarenses Unidos" que durou até 2002. Por esse facto, o cante, apesar de tudo, sempre esteve presente em Almodôvar e o executivo destes últimos 12 anos, do PSD, muito fez para que este passo também fosse dado. -----

Quer chamar à coação uma declaração que foi aqui aprovada em 2006, quando no Alentejo se levantou um movimento para que todas as autarquias procedessem à classificação do Cante Alentejano como património cultural de interesse municipal. Era já um pronúncio da preparação de uma candidatura que um dia se viria a verificar, de muitas diligências feitas por muita gente, nas quais se orgulha e ter participado, não só aqui em Almodôvar, mas em muitos outros lados. -----

Essa declaração foi aprovada por quase todos os municípios do Alentejo, ao longo dos anos, e Almodôvar foi dos primeiros municípios a aprovar essa declaração, por unanimidade, na reunião de Câmara do dia 9.08.2006 e na sessão da Assembleia Municipal de 22.9.2006, da qual passou a ler um excerto: -----

*"Considerando que: -----*

*- O "Cante Alentejano" é um património vivo de valor fundamental para a conservação da identidade cultural de um povo; -----*

*- O "Cante Alentejano" é uma referência cultural da nossa região; -----*

*- É necessário preservar e salvaguardar este património; -----*

- No concelho de Almodôvar existem, atualmente, quatro Grupos Corais; -----

- O nome de Almodôvar e do Alentejo tem chegado a várias zonas do País através do "Cante Alentejano"; -----

- Surgem movimentos tendentes ao processo de classificação do Cante Alentejano como património Imaterial da Humanidade; -----

Assim pretendemos, com base no exposto, mas principalmente naquilo que o "Cante" significa para cada um de nós, naquilo que nos faz sentir, ou seja, com base no que expressamos sobre ele, mas sobretudo com base no que é impossível expressar, que a Câmara Municipal de Almodôvar delibere: -----

1- Classificar o Cante Alentejano como Património de interesse Municipal; -----

2 – Propor à Assembleia Municipal que acompanhe esta deliberação; -

3 – Apoiar as propostas em curso que levem à consideração do Cante Alentejano como Património de Interesse Regional, Nacional e Internacional." -----

Na sequência desta aprovação em Almodôvar e em muitos outros municípios, houve por parte das Câmaras Municipais, uma assunção de responsabilidades, tal como também houve, por parte dos grupos corais, para que esta declaração tivesse um efeito prático e não fosse apenas uma mera declaração formal. -----

No conjunto de ações que foram definidas como forma de dar corpo à aprovação deste património, quer aqui referir concretamente, entre várias outras práticas, além dos transportes e do apoio dado diretamente por algumas Juntas de Freguesia, uma ação que foi inédita no ponto de vista da salvaguarda, que foi o Cante nas escolas. -----

Almodôvar pode orgulhar-se de ter sido o primeiro concelho que teve a coragem de dar esse passo, em colaboração com a Direção Regional de Cultura do Alentejo, na medida em que foi necessário encontrar uma pessoa com as qualificações necessárias para poder entrar dentro duma escola do ensino básico, que, como todos sabem, não é fácil de obter. Foi feito um planeamento por parte do Agrupamento Escolar, onde essa intervenção podia ser feita, não com o objetivo de que se obtivessem resultados imediatos, mas numa perspetiva de longo prazo, e era isto que queria aqui sublinhar. Esse trabalho foi iniciado em 2006 com uma perspetiva de muito longo prazo, de qualquer forma alguns resultados foram visíveis, a sociedade alentejana passou a olhar, nomeadamente as famílias dessas crianças, para o cante alentejano com uma outra perspetiva que não a do cante miserabilista, o cante da pobreza e nós podemos-nos orgulhar que tivéssemos sido um município exemplar e, nessa sequência, outros municípios seguiram o exemplo em determinado

momento. Quer também dizer que a UNESCO, ao ter-se pronunciado há cerca de um mês sobre o processo de aprovação da candidatura do cante, que vai decorrer na próxima semana, fez referência, justamente, que uma das virtudes e uma das coisas bem construídas na candidatura Portuguesa, foi o de ter olhado para os métodos indispensáveis à transmissão dos saberes relacionados com o Cante Alentejano, e faz referencia, concretamente, ao cante nas escolas. Podemos sentir-nos felizes por alguns autarcas terem percebido qual era a mensagem que era preciso ser dada e que hoje é reconhecida como salvaguarda do cante alentejano no futuro.-----

Dirigindo uma palavra para o Presidente da Câmara, disse esperar que isto tudo se venha a confirmar no futuro, que em Almodôvar continue a haver cante nas escolas, que continue a haver apoio de transporte para os grupos corais nas suas iniciativas, porque sem que os grupos corais possam fazer intercâmbio nos mais diversos sítios, sem a auto estima e a motivação dos cantadores, que são os verdadeiros donos deste cante, não há compatibilidade com a sua continuidade. -----

Deixa aqui esta mensagem, esperando que Almodôvar continue a ser uma terra de Cante, não só por ter grupos corais, mas por ter medidas efetivas que o salvaguardem no futuro, e gostaria que o trabalho que foi feito nas escolas do ensino básico com as crianças continuasse nos mesmos moldes que foram feitos até aqui, com o anterior monitor, cujo método é reconhecido unanimemente e, por isso, ele estava em Almodôvar e estava em Serpa, tido como o coração do Cante Alentejano.

Ficou com muita pena que este ano isso não se tivesse confirmado e que ele tivesse deixado de estar em Almodôvar, não sabe porque motivos foram, mas gostaria de saber. Em troca do Pedro Mestre virá um rapaz que não é de Almodôvar, mas que é de Castro Verde, ou seja, o que estava em Almodôvar foi para Castro Verde e um de Castro Verde que nós não conhecemos nem sabemos qual a qualificação que tem, vem para Almodôvar.-----

Perguntou ao Sr. Presidente quais são as qualificações que ele tem, se está certificado e se foi feito de acordo com as orientações da Direção Regional de Educação do Alentejo. Continuou, perguntando se há garantias de que a qualidade do que aqui estava a ser feito são as mesmas que havia antes. Gostaria de saber por que é que isto aconteceu e que vantagens é que nós vamos ter com o novo monitor, sabendo que ele é um músico, não de música tradicional, mas um músico de música erudita. Deixa o alerta de que é este o cuidado que o executivo tem que ter obrigatoriamente com o património, do qual o concelho de Almodôvar sempre se orgulhou de ter como seu elemento estratégico para o futuro do concelho. -----

O **Presidente da Assembleia** disse que não interrompeu o Deputado Francisco Teixeira, porque estava a falar de uma coisa muito importante que é o património, mas esclareceu que o Sr. deputado não é o único que sabe da matéria que está a ser discutida, pois também é sócio fundador da Casa do Alentejo e conhece a sua evolução ao longo destes anos. Conhece o que se passou com o grupo "Almodovarenses Unidos", que deixou de cantar há cerca de 12 anos e muita vez os acompanhou. Portanto, ninguém é dono do Cante Alentejano, ninguém é o seu arauto, ninguém se deve arvorar como dono do Cante Alentejano.

A **Sr.ª deputada Celeste Sebastião** disse ao Sr. Presidente da Assembleia que não interrompeu o deputado Francisco Teixeira porque ele estava no direito do uso da palavra e não porque ele estava a falar de um assunto mais ou menos importante. Ele estava no período de antes da ordem do dia, nas intervenções e, portanto, estava no seu direito de intervir e falar sobre o que ele entendesse. -----

Em primeiro lugar, salientou que esta é uma assembleia com uma agenda muito pesada e gostaria de deixar aqui o protesto pelo facto das atas da Câmara, nomeadamente a de 29 de outubro e a de 5 de novembro, só terem sido enviadas aos deputados municipais hoje de manhã. São dois documentos importantes, nelas constam a aprovação dos documentos que vão ser debatidos aqui hoje e ajudam na preparação dos deputados que vêm aqui decidir e aprovar documentos fundamentais de gestão do nosso concelho. -----

Dirigiu-se ao Sr. Presidente da Câmara para lhe dizer que não quer assumir funções que a outros deveriam pertencer e que talvez até o Sr. Presidente não tenha culpa, mas gostaria apenas de lhe chamar a atenção para três pontos que considera muito importantes. -----

Quando decidir aceitar convites da comunicação social para falar sobre o nosso concelho, já que tem vindo a revelar índices preocupantes e até, diria, vergonhosos de desconhecimento da nossa realidade, em primeiro lugar, informava-se de que o nosso concelho de Almodôvar tem 775,9 km<sup>2</sup> e que já passamos o tempo das invasões, portanto, o nosso território não aumentou no último ano, como frisou em entrevista, atribuindo-nos 870 km<sup>2</sup>. -----

Em segundo lugar, quando o Presidente da Câmara dá entrevistas para os órgãos de comunicação social, acima de tudo, devemos destacar as virtudes e os atrativos da nossa gente e lugares, mas devemos também ter em atenção que Almodôvar está inserido numa região que muito tem trabalhado para se promover nacional e internacionalmente e que não é, no mínimo, de bom-tom dizer que o nosso concelho tem uma coisa que mais nenhum concelho tem, que é a amabilidade para receber as pessoas, Sr. Presidente da Câmara, não se dizem coisas destas,

porque se há um ponto que é transversal a todo o Alentejo, é a reconhecida hospitalidade que todo o povo alentejano sempre demonstrou ter.-----

Em terceiro lugar, Sr. Presidente da Câmara, o sítio ligado à arqueologia que vai brevemente abrir ao público chama-se sítio arqueológico das mesas do castelinho, que é um lugar que tem sido alvo de diversas intervenções que decorrem há mais e 20 anos e que, caso não saiba, confirmam a presença de um grande povoado que remonta à idade do ferro e que foi ocupado até ao período islâmico. Este sítio arqueológico, escavado anualmente, tem-se tornado, desde há muito tempo, um dos sítios arqueológicos mais importantes do Baixo Alentejo e sempre esteve aberto ao público porque o espaço é ao ar livre. Tem de procurar conhecer melhor o lugar e a sua essência Sr. Presidente da Câmara. -----

Em quarto lugar, caso ainda não se tenha apercebido, o nosso concelho tem atualmente três museus e não mais de quatro, como disse, sendo que um, segundo me foi dado a conhecer, até está encerrado para obras de requalificação e restauro de milhares de peças que fazem parte o seu espólio. Recordou que os nossos museus são o da escrita do sudoeste, o único museu a nível da Península Ibérica, relacionado exclusivamente à temática e não do sul de Portugal como disse, o museu Severo Portela e o museu Manuel Vicente Guerreiro, nome que assumiu há três anos, em honra do grande homem e autarca que infelizmente nos deixou esta semana e que já aqui homenageámos com um grande bem-haja por tudo o que fez pelo nosso concelho. -----

Relativamente ao Sr. Manuel Vicente Guerreiro, lamenta muito que, por incompetência do atual executivo, não tenha tido tempo de ver o excelente trabalho, um projeto que o anterior executivo desenvolveu e que deixou com financiamento aprovado e que um dia, não sabemos bem quando, irá transformar o seu museu e dar-lhe o reconhecimento que sempre mereceu.-----

Por tudo isso, pede, por favor, ao Sr. Presidente, que se não quer perguntar aos funcionários da autarquia, ao menos que consulte o fantástico "site" da Câmara Municipal antes de qualquer entrevista que dê aos órgãos de comunicação social. Se ainda não reparou, está nesse "site" a informação toda. Almodôvar, desde há muito tempo que aparece nas rádios e televisões regionais e nacionais, e era visto como um concelho de referência em muitas áreas, quer a nível regional quer nacional. Pede, por favor, que o Sr. Presidente não estrague tudo com as tamanhas gafes e, que se desse ao trabalho de conhecer melhor Almodôvar antes de fazer qualquer tipo de intervenção desta natureza. --

Continuando, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao deputado **Bruno Martins** que leu o seguinte: -----

*"No entender do grupo dos eleitos do PSD parece-nos uma reunião muito extensa pelo que entendemos que o Regimento da Assembleia poderia ter sido discutido posteriormente sendo que as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015 são de importância maior e devem ocupar-nos a maior parte do tempo deste plenário, não descurando obviamente da importância do Regimento da Assembleia. -----*

*Congratulo-me que o assunto aqui trazido pelo grupo parlamentar do qual faço parte, relativamente à repavimentação do Cais da Ribeira seja uma preocupação de outros grupos parlamentares desta assembleia."-----*

Acrescentou ainda que, no entanto, não pode deixar de constatar que tudo se encontra na mesma e que o Sr. Presidente da Câmara, nessa altura, lhe prometeu que faria pelo menos uma avaliação da situação. ---

A deputada **Ana Barão** leu o seguinte: -----

*"Neste caso específico, agindo como representante do GRUPO SOCIOCARITATIVO da Paroquia de Almodôvar, venho, por este meio, efetuar o seguinte agradecimento público. -----*

*Na sequência da MISSÃO PASTORAL que teve lugar na segunda quinzena de outubro de 2014, na União de Freguesias de Almodôvar e Graça de Padrões, vem agradecer publicamente o contributo prestado pela Câmara Municipal de Almodôvar na logística desta Missão, mais concretamente, disponibilizando o transporte municipal para que a IMAGEM DA SRA das MISSÕES pudesse visitar as diferentes localidades da nossa freguesia." -----*

O deputado **Domingos Romba** realçou um ponto que aqui foi abordado e pelo qual nutre um grande carinho. -----

Explicou que há muitos anos que dá valor ao Cante Alentejano e enquanto esteve no executivo da Junta de Freguesia de Almodôvar, conjuntamente com o executivo da Câmara, conseguiu levar as "Vozes de Almodôvar" às televisões, ao mesmo tempo que percorreram grande parte do país, dando-se, assim, nome ao Cante Alentejano, a partir de Almodôvar. -----

Informou também que, ainda há poucos dias, reuniu com um grupo de pessoas para tentar reativar as "Vozes de Almodôvar", pois pretende pôr mãos à obra e realizar o trabalho que seja necessário para pôr, novamente, o grupo "Vozes de Almodôvar" a cantar. -----

Reafirmou, que pelo Cante Alentejano sempre lutou e, enquanto puder, sempre continuará a lutar, pois, para si, esta é uma causa pela qual vale a pena lutar. Defender o Cante Alentejano é defender a cultura da nossa terra, da nossa região, de todo o Alentejo e, então, todos



temos o dever de fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para ajudar a promover e a divulgar o Cante Alentejano. Informou que o Grupo Coral "Flores do Campo", dia seis de dezembro, irá cantar a Almada. Este Grupo sempre tem ido onde são convidados para atuar, com a Câmara a patrocinar o transporte, tendo sempre colaborado com os Grupos e contribuído para a divulgação do nosso Cante. Terminou, afirmando, que a União das Freguesias de Almodôvar e Graça de Padrões estará sempre na linha da frente para apoiar e divulgar o Cante, por isso, sempre puderam contar connosco e sempre poderão contar com a União das Freguesias de Almodôvar e Graça de Padrões para defender o Cante Alentejano agora e no futuro. -----

**O Presidente da Assembleia** disse que não dá a palavra ao Sr. Presidente porque este ponto não prevê a sua intervenção, mas poderá responder a algumas dos assuntos que aqui foram levantados no período da atividade municipal. -----

**B – PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

**B.1. - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DE REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**-----

**O Presidente da Assembleia**, antes de dar a palavra à assembleia, referiu que iria fazer uma síntese da missão que foi levada a cabo, e que os Senhores deputados irão ter a oportunidade de confirmar se teve ou não êxito.-----

No preambulo do Regimento, chama-se a atenção para o facto de o Regimento em vigor ter mais de doze anos, e quando a atual Assembleia tomou posse, de imediato se verificou que havia algumas inconsistências. A mesa estudou o problema e constatou que, já por várias vezes, tinha havido a tentativa de se fazer um regimento, inclusivamente no anterior mandato, em que foi nomeada uma comissão, mas que nunca levou a cabo essa tarefa. A mesa entendeu não nomear uma comissão, tomando a seu cargo a responsabilidade de apresentar um novo regimento da assembleia, uma vez que o anterior estava, como se disse, desatualizado. -----

Na redação deste novo regimento ninguém inventou nada, e não tem qualquer problema em afirmar que se basearam em documentos já existentes e que, portanto, não há mal nenhum em copiar, desde que se saiba copiar bem. Deste modo, munimo-nos de vários regimentos, sendo o principal o regimento da Assembleia Municipal de Lisboa. Iniciamos o trabalho a partir do momento em que fomos mandatados para o efeito, o qual foi sendo desenvolvido, digamos, por dois "autodidatas", tendo o

deputado José Brites, apoiado na sua experiência, dado à Mesa uma preciosa ajuda e importante colaboração. -----

Chegados ao fim do nosso trabalho, chegou a altura de o fazer distribuir pelos grupos parlamentares. Assim, aconteceu a primeira reunião, com todos os grupos parlamentares, no dia dezanove de setembro. Aí esteve presente o grupo parlamentar dos Independentes, cujo respetivo representante disse que tinha estado no estrangeiro e que não tinha tido a possibilidade de trazer algo para integrar, mas que lhe parecia, por uma primeira leitura, que o trabalho estava bem concebido. O Regimento esteve agendado para integrar a ordem de trabalhos da última sessão da assembleia, mas, entretanto, resolveu-se retirá-lo para evitar qualquer polémica e, nessa reunião, questionou o representante dos independentes para saber se tinha alguma proposta de alteração a fazer ao regimento. Disse que, como não estava agendado, não tinha trazido quaisquer propostas, pelo que a mesa lhe deu o prazo de cinco dias para apresentar as alterações que entendesse para integrar no regimento. Fez-nos chegar as alterações que os Srs. deputados têm presentes, as quais foram, na medida do possível, integradas no regimento. -----

Chamou a atenção para o facto deste regimento, ao contrário dos demais, conter algumas inovações. Uma delas é um rodapé com a lei subsidiária e alguns artigos, para que não se perca tempo a consultar outro tipo de legislação. Uma outra inovação, refere-se a um procedimento que nunca houve na nossa terra, mas que é muito importante, que tem a ver com a colocação do período de intervenção dos munícipes no início da sessão. Até agora, os munícipes vinham assistir à sessão da assembleia, que normalmente é morosa e fastidiosa para os munícipes, e acabavam por se ir embora sem apresentarem os seus problemas. No atual regimento, está consagrado um período de meia hora, logo no início da sessão, para os munícipes apresentarem os assuntos que pretendam em relação à vida do nosso município. Referiu, ainda, que este regimento tem 97 artigos e que foi distribuído atempadamente. -----

O deputado **Francisco Teixeira** referiu que o Presidente da Assembleia disse algumas coisas, mas não disse tudo aquilo que era necessário dizer, pois seria necessário dizer que a Assembleia Municipal é um órgão democrático, somos todos eleitos e todos temos os mesmos direitos. -----

O Presidente da Assembleia coordena este conjunto de pessoas que aqui estão e, quando os convoca, seja para uma comissão, ou para uma sessão da assembleia, talvez fosse democrático pegar no telefone e articular, com todos, as datas. Era assim que fazia quando foi Presidente

da Assembleia, comunicava com os membros das bancadas sobre a melhor data para fazer as sessões. Em relação ao Regimento, é um pouco a mesma coisa, “venha cá neste dia a uma reunião para discutir o Regimento”, e a boa regra seria tentar articular as coisas e tentar arranjar as melhores datas, porque eu, mesmo que estivesse em Almodôvar, poderia ter outras atividades e não estar totalmente disponível. Aliás, no mandato anterior, não foi aprovado um regimento devido às dificuldades que os membros da Assembleia sempre tiveram de vir às reuniões, porque estavam a trabalhar, ou porque tinham outras atividades a fazer. -----

Nós não somos profissionais destas coisas, somos cidadãos voluntários que estamos aqui para dar um contributo para a comunidade. Quando eu aqui estive e disse que o regimento me parecia ser mais ou menos adequado, isso é verdade, pois todos os regimentos são adequados, porque 90 a 95% do que está neste regimento são transcrições de leis que existem, é preciso dizer isto, e, depois, restam os outros 5 ou 10 %, e nesses 5 ou 10% existem coisas complicadas, como são os tempos de intervenção, os tempos de entrega de documentos, enfim, há uma serie de questões que, efetivamente, precisam de ser articuladas com todos os membros, e isso merece uma discussão que não é fácil de fazer. Opina que um regimento deve ser aprovado por consenso, sem haver necessidade de discussão, salvo em dois ou três artigos que estejam bem identificados e em que o proponente faça questão que eles sejam discutidos, fora isso, o regimento até pode vir à sessão só para ser votado. Pode ser discutido na retaguarda, mas com toda a gente a saber o que é que foi discutido no interior da mesa, e nada disso aconteceu. -----

Explicou que fez uma leitura daquilo que lhe pareceu crucial, não leu os artigos todos, apenas aqueles que achou que eram o fulcro da questão e fez um conjunto de observações que mandou, não na data em que lhe foi indicada, porque efetivamente não estava cá, mas na data em que lhe foi possível enviar.-----

Algumas coisas eram contraditórias e chamou a atenção para essas contradições para que fossem eliminadas, sugerindo que fosse consultado o Regimento da Assembleia de Lisboa, porque estava lá tudo como deve ser e o que deve ser feito para o bom funcionamento da assembleia. Enviou essas alterações com explicações pormenorizadas sobre o que pensava, sobre cada uma das alterações, não se limitou só a dizer por dizer, mas disse os porquês, para que se percebesse bem o que punha em causa na redação do regimento. -----

Depois, a segunda coisa que devia ter acontecido, era que as suas alterações e as alterações das outras bancadas, fossem discutidas em

conjunto, porque são as alterações das três bancadas que geram o diálogo na assembleia, e isso não foi feito. -----

Referiu que escreveu uma carta ao Presidente da Assembleia, solicitando que a proposta de alteração que apresentou fosse distribuída a todos os membros, pois, como é lógico numa assembleia municipal democrática, toda a gente tem de saber o que se vai discutir. Solicitou que fosse informado dos artigos, ou partes deles, que foram aceites e os que não foram aceites, para poder defender no plenário, que fosse informado de cada uma das propostas de alteração apresentadas, quer pela bancadas do PS, quer pela bancada do PSD, porque sem estas informações, a Assembleia não estará devidamente habilitada para proceder à discussão e aprovação do Regimento. -----

Referiu ainda que estamos aqui confrontados com uma situação, que é numa Assembleia, em que se vai discutir as Grandes Opções do Plano e Orçamento, o mapa de pessoal e outras coisas mais que estão na ordem de trabalhos, vai-se também discutir o relatório do Presidente, que já tem ali um conjunto de perguntas para responder. Ora, se vamos agora discutir coisas que não são simples, e porque não prescinde de as discutir, fez uma proposta que apresentou à Assembleia. -----

**"Proposta" -----**

*A bancada parlamentar do Movimento Independentes Por Almodôvar, depois de analisar a ordem de trabalhos desta sessão da Assembleia Municipal e da complexidade dos pontos em discussão, vem, a bem da ponderação, razoabilidade e bom senso, apresentar a seguinte proposta de alteração dos pontos em agenda: -----*

*Retirar da ordem de trabalhos desta Assembleia Municipal o ponto B.1.- Apreciação e deliberação da Proposta de Regimento da Assembleia Municipal, com agendamento do mesmo tema para a sessão ordinária de fevereiro de 2015. -----*

*Fá-lo com os seguintes fundamentos: -----*

*Dispõe o art.º 27.º da Lei 75/2013 que, das cinco sessões ordinárias das Assembleias Municipais, as sessões a realizar em abril e novembro, são obrigatoriamente para deliberar sobre Inventário do Património e Prestação de Contas e Grandes Opções do Plano e Orçamento, respetivamente; -----*

*São documentos importantes da vida o Município e que requerem uma apreciação e discussão profunda e com bastante atenção e cuidado e, por isso mesmo, o legislador entende sinalizar a sua discussão e apreciação nestas sessões da Assembleia Municipal; -----*

*Estamos na sessão de novembro com as Grandes Opções do Plano e Orçamento para apreciar e deliberar e, que como é previsível e lógico, são documentos que vão provocar discussão democrática e que, com*

*certeza, motivarão toda a atenção e cuidado de todos os deputados municipais, com ocupação de tempo considerável nesta Assembleia Municipal; -----*

*Fazem parte dos trabalhos desta Assembleia outros pontos em agenda que são documentos de extrema importância, pesados, com a exigência de grau significativo, e que, por esse facto, também eles vão preencher de forma intensa e duradoura os trabalhos a desenvolver;-----*

*Desta forma, parece-nos perfeitamente razoável e conveniente que o ponto B.1. desta Ordem de Trabalhos, por não assumir um carácter prioritário e urgente, e porque não há nenhum vazio de legislação para conduzir uma Assembleia Municipal, e a bem de uma mais cuidada e ponderada atenção aos documentos de gestão em discussão, possa ter a sua apreciação e deliberação em fevereiro de 2015, na primeira sessão ordinária do próximo ano e, depois de limadas estas situações de divergência que possa haver entre mim, que sou proponente de uma série de alterações do movimento de independentes e aquilo que a mesa acha, e ter a consciência de que tudo está em aberto; -----*

*- Isto, no mais absoluto respeito por todo o trabalho já desenvolvido, que, como é óbvio, não se vai perder e, simultaneamente, criando condições para uma maior análise e reflexão sobre este importante documento de gestão operacional de funcionamento deste órgão".-----*

*Esta é a proposta do grupo parlamentar do Movimento Independentes Por Almodôvar, que seja votada e adiada a discussão do regimento para a próxima sessão de fevereiro, para dar lugar àquilo que nos trás aqui, que é discutir as Grandes Opções do Plano e o Orçamento, o Mapa de Pessoal e o Regulamento dos Serviços, não faz sentido um documento destes ser o primeiro da ordem de trabalhos.-----*

Usou da palavra o deputado **José Brites** que disse o seguinte: -----

**"Assunto:** *Proposta do Regimento da Assembleia Municipal. -----*

*Sobre o regimento, uma vez que acompanhei a mesa e apresentei em conjunto com aquela sugestões durante a realização do projeto, tendo sido verificados um a um todos os artigos do atual regimento e depois de terem sido discutidos, acrescentados ou alterados ou até eliminados nos seus conteúdos, tendo sido fixada conjuntamente a respetiva legislação, sem ser necessário ir à pergunta dela na Lei, o que, para todos nós, foi considerado muito importante, foram além disso, criados alguns novos artigos e feitas alterações como introduções de outros, numa soma de 97 artigos, que foram enviados pela mesa aos líderes dos grupos para apresentação, se fosse caso disso, de propostas, tendo sido, no final, também presente e ali discutida a proposta apresentada pelo deputado Teixeira respeitante unicamente sobre cinco artigos em algumas das suas alíneas e que de novo foram revistos não só os*

*constantes daquelas propostas que foram verificadas uma a uma, discutidas e tendo sido umas acolhidas ou alteradas e outras não aceites, como de novo foi feita uma revisão final por artigo, de novo em conjunto com a mesa e com o gabinete jurídico e, como é obvio, nestas situações pode ou não haver consenso, mas no fim o essencial foi ter-se chegado a acordo, para a versão final do projeto deste regimento, passando a um total de noventa e sete artigos constantes da proposta que foi enviada a todos os deputados para a sua apreciação.-----*

*Também para conhecimento, e dadas várias insistências não só minhas, como também do deputado do Bloco de Esquerda, nas sessões da assembleia, isto no mandado anterior, em que o regimento por várias lacunas nele existentes necessitava de ser alterado, o então presidente da assembleia Francisco Teixeira do PSD, concordou em ser criada uma comissão por deputados de todos os partidos do qual ele era presidente, foi então criada exclusivamente para alteração ou criação de um novo regimento em substituição do atual, em que foram feitas várias reuniões tendo eu participado em todas elas, notando que uma das maiores preocupações do agora deputado do I.P.A. Francisco Teixeira era acabar, naquela altura, com a palavra "deputado" existente no regimento, substituindo-a por "membro" o que sempre discordei e até disse que tinha de haver algo para ela ali constar e ele afirmava não haver lei nenhuma, insistindo não só eu como outros que se opuseram por ela já constar no regimento e este já ser do ano de 2002 e ter, por ele próprio, sido aprovado, no entanto, talvez pela proposta de alteração ao regimento não ter saído da mesa ou dos deputados do PSD, mas sim do PS e do Bloco de Esquerda, daí o pouco interesse sempre mostrado por aqueles membros da Comissão em ser feita a alteração ao regimento, acabando-se, não só o tempo, como o mandato, não conseguindo a mesa fazer sequer a apresentação em projeto e muito menos em proposta, como o que agora já foi entregue para análise a todos os deputados.-----*

*E por o termo deputado existir, este não foi agora alterado, frisando que o termo "Deputados Municipais" é utilizado designadamente na Lei 4/2000, que estabelece o Regime Jurídico do Referendo Local.-----*

*Assim, congratulo-me agora e penso da minha parte tudo ter feito, para desta vez ser levado a bom porto a atual proposta do regimento sempre na intenção de não prejudicar qualquer deputado, nem a própria Assembleia."-----*

**O Presidente da Assembleia** disse que, como Presidente da Comissão do Regimento, terá de corrigir algumas coisas menos corretas que aqui foram ditas. Leu o correio eletrónico enviado ao deputado Francisco Teixeira, com conhecimento aos líderes dos grupos

parlamentares, onde informa que a proposta de alteração foi acolhida no que se entendeu ser consentânea com o projeto inicial, que foi distribuído a todas as forças políticas e escusa-se de salientar que a proposta que foi formulada estará à discussão no plenário. -----

O deputado Francisco Teixeira remeteu à mesa sete folhas com apenas 4 ou 5 alíneas e no projeto que, por sua vez, lhe enviou, se tivesse tido algum cuidado ao lê-lo, teria concluído, que a maior parte delas, foram acolhidas na última versão do regimento. Proposta n.º 1, art.º 35º, n.º 6, foi acolhida; Proposta n.º 2, n.º 7, do art.º 35, também foi aceite; a Proposta n.º 6, não foi acolhida, no entanto é de referir que nos termos do regimento, ainda em vigor, dispõe o art.º 34, n.º 4, que o pedido para incluir os assuntos indicados por qualquer deputado municipal deveria ser apresentado, por escrito, com antecedência mínima de 15 dias; - Proposta n.º 4, do artigo 36, foi acolhida; Proposta n.º 5, foi acolhida; Proposta n.º 6 - art.º 40, foi acolhida parcialmente; a n.º 6 b) foi acolhida; as Propostas n.º 8, 9 e 12, também foram acolhidas. -----

Se tivesse tido algum cuidado em comparar a última versão do regimento, verificaria que grande parte das suas propostas foram acolhidas e, por isso, não vê razão para que o Regimento não seja aprovado e aceite, porque ele foi amplamente discutido, foi mandado a todos os grupos parlamentares, toda a gente que quis participou. -----

Há ainda a destacar o trabalho excelente de uma pessoa, um trabalhador da função pública, como há poucos nos tempos que correm, que é o Dr. Manuel Campos, que ajudou esta comissão a urdir toda esta teia que é um regimento, bem como o núcleo de apoio da Assembleia, que também fez um trabalho incansável em prol da qualidade do Regimento. -----

Efetivamente, foi feito um trabalho excelente, muito elaborado, apesar de muito difícil, porque se não fosse difícil de fazer, nos últimos 12 anos, com certeza, que o tinham feito. A mesa trabalhou, estudou a fundo, foi consultar todos os regimentos desta Assembleia, desde o 25 de abril até agora. Este é um trabalho que está pronto e que entendemos, pela maneira democrática como foi colocado à discussão, que tem todas as condições para ser votado. Esta é a opinião da mesa, os Srs. deputados dirão da sua justiça. -----

O Deputado **Francisco Teixeira** recorda que fez uma proposta que tem e ser votada. -----

Não havendo pedidos de intervenção, o **Presidente da Assembleia** colocou à votação **a Proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do Movimento dos Independentes Por Almodôvar**, no sentido e

retirar da ordem de trabalhos desta Assembleia Municipal o ponto B.1.-  
Apreciação e deliberação da Proposta de Regimento da Assembleia  
Municipal, com agendamento do mesmo ponto para a sessão ordinária  
de fevereiro de 2015, **a qual foi rejeitada, por maioria**, com 6 votos a  
favor (IPA) e 14 votos contra (PS,PSD). -----

A deputada **Celeste Sebastião** disse que, como referiu o Sr.  
Presidente da Assembleia, este é um processo democrático em que  
todos os representantes dos diversos grupos parlamentares  
participaram, mas há aqui uma questão que lhe faz um bocadinho de  
confusão: porque é que o deputado José Eduardo Brites teve aqui um  
papel principal? Foi um privilegiado nesta discussão? -----

O **Presidente da Assembleia** exprimiu o agrado pela pergunta,  
porque vem desvanecer qualquer dúvida em relação ao que foi dito  
anteriormente. O Sr. deputado José Eduardo Brites é uma pessoa  
disponível e a mesa, para ter êxito na sua tarefa, socorreu-se da  
disponibilidade de várias pessoas que quiseram ajudar, entre elas o Dr.  
Manuel Campos e o deputado José Eduardo Brites, dando, cada um à  
sua maneira, o seu contributo, sem que isso tivesse significado que o  
regimento fosse feito à sua imagem e semelhança. -----

**Houve um diálogo**, entre o deputado Francisco Teixeira e o  
Presidente da Assembleia, que não se percebeu por não terem usado o  
microfone. -----

Já na tribuna, **o deputado Francisco Teixeira** disse ao Presidente  
da Assembleia que é tudo muito simples, não vale a pena, estar a  
imaginar uma teoria da conspiração, pois não há nenhuma teoria de  
conspiração. Estamos aqui numa posição simples, para discutir coisas  
simples, nada mais, e ninguém está aqui a conspirar nada, o Sr.  
Presidente é que conspira. -----

Do documento que apresentou, foram aceites algumas coisas, é  
verdade, não disse que tinha sido tudo rejeitado. O que disse, foi que as  
coisas que não tinham sido aceites deveriam ter sido indicadas aos  
membros, ou então, deveria ter-se feito uma outra reunião prévia para  
delas tomar conhecimento como membro da comissão. Pergunta o que é  
que a bancada do PSD e do PS apresentaram como propostas de  
alteração, porque desconhece, e não sabe onde é que elas estão no  
regimento. Prosseguindo, disse que até pode concordar com elas, mas  
não lhe disseram quais foram as alterações que aquelas bancadas  
propuseram e que foram integradas, é disto que está a falar, é de  
métodos de trabalho e de nada mais. Há questões que foram aceites,  
porque não podiam deixar de o ser, mas há algumas que não foram



aceites, como, por exemplo, uma proposta para introduzir o n.º 6 e o n.º 7 no artigo 40º que dizia o seguinte: -----

**(PROPOSTA 6)** -----

**"Introduzir um nº6 e um nº7 ao Artigo 40º"** -----

*6 (novo) – Os votos, moções e recomendações previstos nas alíneas g) e h) do n.º 2, (agora já não sei se é g) e h) do n.º 2, porque foi alterado o conteúdo do projeto de regimento com mais artigos em relação ao anterior, eu orientei-me pelo anterior), devem dar entrada nos Núcleo de Apoio à Assembleia Municipal, até às 12 horas do dia anterior ao da realização da reunião em que haja "Período de Antes da Ordem do Dia", devendo ser distribuídos aos Representantes dos Grupos Municipais até às 18 horas desse mesmo dia". Não foi isto que foi aceite, não sei se foi alguma coisa destas aceite, agora, de repente, tenho que ir ver, mas isto não foi aceite.* -----

*"7(novo) - Caso não se verifiquem as condições do nº anterior, os documentos nele referidos transitam para a sessão seguinte, a não ser que, por motivos de urgência, devidamente justificados, a Assembleia delibere aceitar a sua discussão e votação na própria sessão, a qual será interrompida para apreciação pelos Grupos Municipais". Portanto, o que que estava aqui em causa (...), mas eu vou ver o que estava lá no ponto 6 do artigo 40.º (procura o artigo no regimento)* -----

O deputado **Francisco Teixeira** procura o artigo no Regimento, o que **fomentou um novo diálogo**, com o Presidente da Assembleia, em que, parte dele, foi sem o microfone e que se tenta resumir. -----

O **Presidente da Assembleia** disse que isso era um trabalho para já ter sido feito, que estava tão preocupado que não chegássemos ao fim a ordem de trabalhos e agora faz pesquisa, por isso deveria ter paciência, pois iria retirar-lhe a palavra, justificando que a Assembleia não pode estar à espera que o deputado consulte o Regimento, coisa que devia ter sido feita em casa. -----

Acrescentou, ainda, que o deputado fez uma proposta para este assunto não ser discutido e está a fazer tudo para que isso aconteça. ----

O deputado **Francisco Teixeira** disse que estava preocupado, por isso, é que este assunto deveria ser objeto de uma outra Assembleia, ou com outro lugar na agenda, nunca devia ser o primeiro ponto numa assembleia destas.-----

Retorquiu ao Sr. Presidente que não lhe retirará a palavra, porque está a fazer uma intervenção sobre um assunto que está na ordem do dia e que tem o direito de intervir. -----

Está a consultar uma coisa que tem de consultar e foi a única pessoa que fez o trabalho de casa, para lhe entregar um conjunto de propostas.

Disse que lhe ia dizer o que é que não foi aceite, porque isto são questões que estão em aberto para discutir sobre o regimento. -----

Disse, ainda, que o Sr. Presidente tinha de distribuir as suas alterações a todos os membros e que isso ainda não foi feito. -----

O **Presidente da Assembleia** respondeu que os documentos em causa foram distribuídos e que o Sr. deputado está a influenciar negativamente a Assembleia Municipal e isso não é bom. -----

O deputado **Francisco Teixeira** disse que uma das questões mais importantes que o Sr. Presidente põe em causa é a que diz o seguinte: --

Para a discussão de cada ponto da "Ordem do Dia" e após a apresentação da(s) proposta(s) na Mesa, há um período inicial de quinze (15) minutos trinta 30 minutos, não podendo qualquer Deputado Municipal exceder três (3) minutos 5 minutos de intervenção, isto foi rejeitado. -----

Referiu que não vale a pena estar aqui com esta discussão e afirmou, que perante este cenário e esta vergonha que é a forma como este regimento está a ser discutido, não vai votar este Regimento, vai ausentar-se da assembleia, e quer que fique escrito em ata que **em protesto pela forma como este ponto da ordem do dia, que é o Regimento, foi apresentado e discutido, sem ter cumprido todos os requisitos para que todos os membros tivessem conhecimento do que é que estava aqui em discussão, vai ausentar-se.** -----

Não vai votar este regimento, em protesto pela forma como a mesa se comportou na organização dos trabalhos, não dando conhecimento de todos os elementos que foram apresentados pelos membros. No seu caso concreto e no caso dos líderes do PS e do PSD as alterações que foram propostas não foram dadas a conhecer aos restantes membros, nem foi feita uma reunião posterior com os três membros das bancadas para articular as questões que eram divergentes relativamente ao anteprojeto, onde pudessem ser discutidas, buriladas e integradas, ficando apenas de fora, para discussão, os artigos que não tinham sido objeto de consenso. -----

Nesse sentido, recusa-se a votar este Regimento e, enquanto a votação estiver a decorrer, estará ausente da Assembleia Municipal. -----

O **Presidente da Assembleia** disse que o Sr. deputado tinha levado 12 anos sem fazer nenhum regimento, que chegou a ter uma comissão formada, que nem sequer conseguiu apresentar o trabalho, e é isso que aqui tem tentado fazer, fazer tudo para não conseguirmos fazer o regimento. -----

**Em Protesto** o deputado **Francisco Teixeira** saiu da sala enquanto decorria a votação da Proposta de Regimento da Assembleia Municipal. -

Não havendo mais pedidos de intervenção, o **Presidente da Assembleia** colocou à votação a **Proposta de Regimento da Assembleia Municipal**, a qual **foi aprovada, por maioria**, com 14 votos a favor (PS, PSD), 3 votos contra (IPA) e 2 abstenções (IPA). -----

**B.2. - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO, PARA O EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2015:** -----

O **Presidente da Assembleia** solicitou ao Presidente da Câmara que procedesse a uma resenha para clarificar este assunto. -----

O **Presidente da Câmara** começou por referir que se sente lesado por não ter tido, em tempo oportuno, a oportunidade de explicar aos deputados as questões que lhe foram colocadas, mas, efetivamente, cabe à Assembleia decidir. -----

Relativamente às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015, é muito claro que este é um Plano feito pelo Partido Socialista, em conjunto com o PSD, o qual plasma a intenção e as ideias deste executivo da Câmara para aplicar no concelho de Almodôvar. Porventura, haverá vozes contra, e já ouviu, aqui, esta noite, muita coisa que não esperava ouvir, nomeadamente, provindo de pessoas com um suficiente grau de inteligência para não o fazer. -----

Este Orçamento reflete os compromissos políticos e as linhas orientadoras deste executivo, foi elaborado num espírito participativo, apesar de não contar com a participação toda a população. Foi participativo no sentido de contar com contributos importantes que refletem as prioridades do concelho, que vão ao encontro das suas reais necessidades. Evidentemente que estas prioridades não são as do anterior executivo, elas espelham as prioridades deste executivo e é assim que tem de ser, porque, de facto, se a população do concelho decidiu que era o Partido Socialista que agora ia governar, deve ser o Partido Socialista a definir as proposta e não um partido da oposição, como é o caso do Movimento dos Independentes que, naturalmente, colocará as suas questões, tal como o PSD o fará. -----

A questão mais importante que aqui se coloca, em relação à nossa estratégia para a elaboração do Orçamento, baseia-se, sem dúvida, na defesa intransigente dos interesses das pessoas, porque, desde o início deste executivo, foi afirmado que a nossa função, o nosso papel principal, será colocar as pessoas em primeiro lugar, estamos a demonstra-lo, iremos continuar a demonstra-lo, continuamente, trabalhando em prol das pessoas do nosso concelho. Com esta ideia

sempre presente, iremos estimular o desenvolvimento de projetos económicos, porque se a economia for boa, o social naturalmente também o será. Para isso, temos de ter a população a viver em condições, temos que desenvolver e estimular a empregabilidade, temos que trazer para o nosso concelho todos os apoios comunitários que forem possíveis. -----

O projeto que aqui se traz, embora apresentado de maneira sucinta, é um projeto realista, que traduz uma realidade, em termos de receita do município, que espelha precisamente aquilo que nós temos e podemos conseguir, aquilo que é possível trazer para o nosso concelho, tendo em conta as condições económicas do país e da europa e, por conseguinte, esta é a receita possível que a realidade económica conjunta permite para o nosso concelho. -----

Se me perguntarem se havia lugar para fazer melhor, eu diria que sim, que esse é sempre o sonho de qualquer pessoa com estas responsabilidades, mas, face às limitações que temos e que nos são impostas, temos o melhor possível, fruto do trabalho deste executivo, que tem sido incansável em fazer um bom orçamento, sempre com as pessoas no horizonte, para colocar em prática no ano de 2015. -----

Haverá, naturalmente, algumas rubricas, na parte dos investimentos, que terão valores mais diminutos, todavia, nunca é demais lembrar, que em março haverá uma aplicação do saldo de gerência e, concerteza, que algumas dessas rubricas serão, nessa altura, reavaliadas e, em termos de orçamento, essas serão dotadas com mais verbas. -----

Não estão aqui retratadas dotações orçamentais acima da receita e da despesa, o que temos é um orçamento real, que visa ir ao encontro das necessidades das pessoas e dos interesses do concelho, apurado com base no levantamento objetivo realizado neste primeiro ano de mandato.

Usou da palavra o deputado **José Brites** que referiu o seguinte: -----

**"Assunto:** *Proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015* -----

*A presente proposta de Orçamento para o próximo ano de 2015, revela em todo ele o realismo do ano anterior, agora ainda mais acentuado depois do corte verificado no ano de 2014.*-----

*Sendo este um orçamento de rigor, não descuro os investimentos e faço votos para que o executivo consiga captar todos os fundos e participações comunitárias possíveis.* -----

*Os investimentos diversos que constam neste orçamento para 2015, e que se espera serem lançados entre outros são: requalificação de várias artérias na vila de Almodôvar, requalificação urbana de entrada sul da vila, construção de equipamento social em Gomes Aires, cobertura e ampliação do Pavilhão Gimnodesportivo, fase um da beneficiação do*

*traçado entre Corte Zorrinho e limite do Concelho, e fase dois de Corte Zorrinho a E.N.393, e conclusão, senão se conseguirem todas, pelo menos de parte das obras já em curso. -----*

*Nos casos das melhorias sociais, a exemplo deste ano, em que foram colocadas as pessoas como primeira prioridade e que é para manter, serão dadas ajudas aos idosos e carenciados, assim como serão dadas ajudas às obras de habitação de munícipes desfavorecidos, bem como ajudas pontuais e urgentes a famílias com carências imediatas, e ainda a dinamização da loja Social que irá também permitir, a muitas famílias carenciadas, o acesso a bens e equipamentos necessários. -----*

*Por último, mais haveria para dizer, mas ficarei por aqui, sabendo que este executivo sempre teve e tem como compromisso a população do concelho de Almodôvar, e é para eles que vai todo o empenho e dedicação total, para que todos juntos sintamos um orgulho cada vez maior de viver no nosso concelho.” -----*

O deputado **José Romba** disse que se deparou com algumas questões que refletem contradição entre a memória descritiva do orçamento e a dotação inscrita em diferentes rubrica, que gostaria de ver esclarecidas. -----

Gostaria que fosse esclarecido porque se abandonou o projeto dos armazéns, oficinas municipais, parque de viaturas e área social do loteamento municipal, dado que só se dotou a rubrica com 9 mil euros, provavelmente para pagar ainda o que resta do projeto, e com 100 euros em 2016 e outros 100 euros para 2017, pelo que lhe parece que não se vai fazer nada. Esta opção é estranha, porque, num comunicado do PS, o Sr. Presidente diz que as oficinas e o parque municipal estão em mau estado, e depois, possuindo um instrumento para resolver o problema, que é o projeto que está feito, simplesmente abandona-o, então o que é que vai fazer? -----

Outro ponto que também salta à vista e que é outra contradição, prende-se e com as obras para o edifício da câmara, da parte fronteira. Informa o Sr. Presidente da necessidade urgente de obras nesse edifício e depois nas Grandes Opções do Plano só tem verbas para 2016 e 2017, uma vez que para 2015 tem apenas 100 euros. Afinal em que é que ficamos, faz-se ou não obras ali em frente? -----

Refere ainda que a ETAR da Semblana é uma prioridade e depois dota a rubrica com 100 euros, vai ou não fazer estas obras em 2015? -----

Disse ainda, que muitas mais havia, mas irá parar por aqui, mas ainda uma outra salta à vista, que é o museu o pão, que é uma promessa eleitoral do Sr. Presidente da Câmara, mas só tem verba para 2016 e 2017, é para construir nesses anos? Que tipo de museu é? Onde é? Onde pensa localizá-lo? -----

No uso da palavra, a deputada **Celeste Sebastião**, em nome do grupo parlamentar dos Independentes Por Almodôvar, e relativamente ao documento das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015, começa por salientar a frase que aparece logo na capa do documento "As pessoas como prioridade" e coloca a questão de como é que se faz a gestão, como é que se definem as estratégias de desenvolvimento, como é que se faz política, se não for para as pessoas. Parece-lhe claro que estão todos aqui a trabalhar para as pessoas. -----

O que realmente importa é a maneira como é que esta abordagem é feita, como é que delineamos as prioridades de gestão, de que forma é que dignificamos as pessoas, dando resposta às suas necessidades, numa estratégia sustentável de desenvolvimento a médio e longo prazo. Não lhe parece que a maneira mais digna de colocar as pessoas como prioridade seja com base numa política exclusivamente assistencialista, de curto prazo e vistas curtas, sem planeamento nem estrutura. -----

Dirigindo-se ao executivo, disse que uma política digna para as pessoas, é aquela que permita consolidar um desenvolvimento socioeconómico sustentável, melhorando as condições de vida e permitindo que essas mesmas pessoas tenham a possibilidade de viver num concelho que lhes dê oportunidades profissionais, económicas, sociais e culturais, sem estarem constantemente com a necessidade de vir pedir apoio aos serviços da Câmara Municipal. -----

Contudo, nestes últimos anos, têm-nos vindo a habituar a esta falta de estratégia, a esta gestão à deriva, ao desconhecimento do nosso concelho, do que é melhor para a nossa terra e, lá está, para as pessoas.

Este documento, que agora nos apresentam, é apenas mais um exemplo disso, um continuar do desnorte e da desorientação estratégica do executivo do PS, e exemplo desse desnorte é quando num comunicado de balanço de um ano de governação do PS, que saiu há dias, se indica a obra de remodelação do edifício da Câmara como uma das prioridades e, depois, vamos analisar as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015 e verificamos que esta é uma obra com uma dotação irrisória para este ano e com o grosso da verba imputada a 2016. Aqui há uma certa confusão nas prioridades, sendo este apenas um dos exemplos. -----

Referiu que não quer ser injusta com a falta de estratégia do executivo socialista para o concelho de Almodôvar, mas, de facto, ao ler a defesa que o Sr. Presidente fez na última reunião de Câmara de 29 de outubro, onde este documento foi também discutido, verificou que o Sr. Presidente referia que a estratégia do executivo municipal assenta em seis pilares importantes, um deles a ação social, um outro relacionado com feiras, eventos desportivos, certames e o turismo, o terceiro pilar e

o quarto o associativismo. Depois, o Sr. Presidente perdeu-se no emaranhado de lugares comuns e conceitos chave, empreendedorismo, empregabilidade, mas sem quaisquer conteúdos, nem projetos, nem ideias palpáveis para o nosso concelho. Não basta apresentar estes pilares, diria pilares pouco seguros, mas também se esqueceu de dois. Afinal eram seis ou eram quatro? Ficamos um pouco confusos. -----

Estamos, assim, perante mais um documento onde se encontra patente a falta de estratégia do executivo do PS para o nosso concelho, quanto ao que se refere aos investimentos previstos. Os que apresentam dotações significativas são aqueles que já estão a decorrer, herança do anterior executivo, porque todos os outros têm dotações com pouco significado, prolongando-se a sua execução para os anos de 2016 e 2017 e não se percebendo quais as obras e investimentos prioritários. -----

Srs. membros do executivo da Câmara, eleitos pelo PS, não fossem as obras deixadas em carteira, pelo anterior executivo, como são a requalificação do Cineteatro, a estrada do A-do-Neves à Aldeia dos Fernandes, o Caminho da Aldeia dos Fernandes à Ponte da Abobada, bem como os arruamentos da zona histórica da vila de Almodôvar, este seria um documento, em que apenas sobressai o aumento da despesa corrente e, deixem-nos dizer que com uma política e uma estratégia baseada no aumento da despesa corrente, mal dos almodovarenses e mal das pessoas da nossa terra. -----

Ainda no início desta discussão, o Presidente da Assembleia quase se esquecia de solicitar ao Presidente da Câmara que fizesse uma breve explicação aos deputados e também aos munícipes presentes. Tinha esperança que com essa apresentação, que depois acabou por fazer, ficássemos um bocadinho mais elucidados, mas voltamos a cair nas mesmas ideias comuns, a prioridade das pessoas, a empregabilidade, aproveitar os fundos comunitários, a receita real do município, mas Sr. Presidente o que é que vai fazer? O que é que está aqui presente nestas Grandes Opções o Plano? Quais são os projetos? Quais são as ideias? O que é que quer para a nossa terra? É isso que lhe estamos a perguntar, conceitos chave e na moda, hoje em dia todos nós sabemos dizer. -----

O deputado **José Romba**, a título de exemplo, falou na repavimentação do CM 515 até ao limite do concelho de Ourique, passando pela Corte Zorrinho e Aldeia dos Fernandes e questionou porque é que, face as disponibilidades financeiras que a Câmara dispõe, se está a pensar fazer esta obra em duas fases e só em 2016. Disse, ainda, que, uma vez que agora já temos a parte do concelho de Ourique pavimentada, parecia-lhe que havia possibilidades de fazer esta obra ainda em 2015 e havendo verbas e possibilidades até de financiamento, pensa que não se devia desperdiçar essa oportunidade, tanto mais que

passa pela Aldeia dos Fernandes e que agora tem a outra ligação melhorada com a A-do-Neves. -----

Quanto à estrada de Aldeia dos Fernandes até a A-do-Neves também ficou surpreendido porque a mesma continua a não ter bermas, nem sinalização e pensa que o prazo já deve ter sido mais do que ultrapassado e, já agora, também gostava de saber porque é que se está a adiar o fim daquela obra. -----

Manifestou preocupação com os jovens, uma vez que o executivo manifestou intenção de iniciar um novo loteamento municipal em Almodôvar, precisamente agora, onde já existem mais de 100 lotes para vender nos loteamentos particulares, sendo até alguns municipais. Sabe-se que há mais de 100 lotes para venda e que ninguém os está a comprar. Pergunta, porque é que, agora, ainda se fala em mais outro loteamento? Quis lembrar o Sr. Presidente que nas freguesias de Aldeia dos Fernandes e do Rosário também há jovens e o Sr. Presidente abandonou os loteamentos em curso naquelas localidades. No loteamento da Aldeia dos Fernandes colocou 100 euros para dotação e no do Rosário nem sequer consta das Grandes Opções do Plano. Como é que se explica essa situação, afinal ainda são duas aldeias onde há jovens, felizmente. -----

Questionou que equipamento social vai ser construído, afinal, em Gomes Aires, uma vez que destruiu o projeto que existia e que hoje poderia estar em avançado estado de construção, podendo ser uma realidade em pouco tempo e, agora, ninguém sabe o que é que vai ser construído. O que sabemos é que tem previsto gastar 250 mil euros em 2015 e 2016, que provavelmente será insuficiente e desperdiçou-se, entretanto, uma grande oportunidade com financiamento garantido. Isto é um ato de gestão ruinoso para o município, para o concelho, e principalmente para aquela população, que não se irão cansar de falar no assunto de Gomes Aires, certamente. -----

Por último, quis ainda ser elucidado sobre as obras que irão ser realizadas em 2015, dado que a maior parte das obras inscritas nas Grandes Opções do Plano apontam apenas para os anos 2016 e 2017. --

Disse ainda, que na última assembleia falou sobre o assunto da estrada das Viúvas, por causa dos buracos, pedindo ao Sr. Presidente para pôr massas frias. Questiona porque é que o Sr. Presidente lhe prometeu, aqui na assembleia, que as ia lá pôr e não o fez. -----

O **Sr. Presidente** começou por responder ao deputado José Romba, lembrando que, relativamente ao projeto das oficinas, o mesmo se iniciou no dia 23 de fevereiro de 2011, e se fosse uma prioridade para o executivo anterior, concerteza que o teriam posto em prática, porventura antes deste executivo ter entrado em funções. O projeto estava



orçamentado em 1 milhão e 669 mil euros, e se este projeto do armazém e das oficinas não foi já colocado em prática, a justificação parece que não está só neste executivo. -----

Este executivo optou por outra solução, tendo comprado um armazém por 100 mil euros que vai adaptar a armazéns da Câmara Municipal. Assim, em vez de gastar 1 milhão e 669 mil euros, certamente sobrar algum dinheiro, além dos referidos 100 mil euros, para fazer face a outras necessidades, como seja a criação de uma carpintaria e outras instalações que sejam necessárias para o bom funcionamento da Câmara Municipal. Disse também que o projeto está completo, que foi entregue na Câmara o anteprojeto ainda na altura do anterior executivo e, depois, ficou na gaveta até que este executivo o aprovou, tendo-o pago em outubro deste ano. -----

Quanto ao Museu do Pão, há pouco a deputada acusou-o de falar em quatro museus, na realidade só temos três museus, mas já estava a pensar neste Museu como se estivesse feito. Concerteza que foi uma gafe terrível, mas o Museu do Pão irá ser feito logo que tenhamos fundos comunitários, pois uma obra desta envergadura custará cerca de dois milhões de euros. Portanto, a sua construção dependerá do apoio comunitário, uma vez que não podemos avançar e descapitalizar a Câmara. Lamenta dizer, mas se não houver fundos comunitários, o Museu do Pão terá de deixar de ser uma prioridade, pelo que não poderá ser acusado de má gestão por essa razão. Se o Museu do Pão não avançar, avançarão outras obras, porque temos que apostar em projetos sustentáveis, pois, não cabe na cabeça de ninguém, que o município faça obras só por fazer e para gastar dinheiro. Depois, além do custo de uma obra, é importante contabilizar também as despesas com a sua manutenção. As obras não podem ser feitas de qualquer maneira, têm que se muito bem pensadas. -----

Pensa que, em parte, já responde ao projeto de Gomes Aires, pois é pelos custos envolvidos que se teve de desistir dele, todavia, está-se a encontrar uma solução que seja sustentável para levar o projeto de Gomes Aires por diante, como já se falou em anteriores sessões da assembleia. -----

Sobre o edifício da Câmara, tanto o anterior executivo como o atual, quiseram dar as melhores condições aos funcionários e, tanto assim é, que a primeira coisa que fizemos quando iniciamos funções, foi tentar encontrar um espaço para que as pessoas que trabalhavam no "chiqueiro" que é a garagem dos carros, pudessem ter melhores condições. Na verdade, quando chove, aquele local é um "chiqueiro", surge lama por todo o lado, além de que "aquilo" é um contentor com sofás com as molas todas espetadas e quisemos dar um espaço digno

àqueles funcionários para comer, encontrando, para esse efeito, um espaço no Centro Coordenador de Transportes que permite dar a dignidade que os funcionários merecem, sobretudo à hora das suas refeições. -----

Não conseguimos ainda reparar o edifício fronteiro, porque não houve essa possibilidade. A razão não se deve ao fato do projeto não estar pronto, mas ao facto de não haver disponibilidade financeira para que essa verba fosse alocada a esse edifício. Apesar de reconhecermos que os funcionários da Câmara têm todo o direito de ter condições dignas de trabalho, reconhecendo também que ali, no verão, faz muito calor e, no inverno, muita humidade, que as condições não são as melhores, que a reparação deste edifício é uma prioridade, a verdade é que temos que ter algum tempo para concretizar esta obra. -----

Esse projeto ainda vem do anterior executivo. O anteprojecto iniciou-se em 2012 e o projeto foi acabado em abril de 2013. Como se verifica pelas datas, esta obra também podia ter sido uma prioridade do executivo anterior e, sinceramente, não sei porque é que o não foi, mas, enfim, lá tiveram as suas razões. -----

Nós ainda não sabemos se, de facto, existem novos apoios comunitários e, por isso, ainda não sabemos se o projeto pode ser feito de imediato. Como se sabe, se as obras deste edifício forem candidatas, poderá haver alguma abertura quando os quadros abrirem, por isso vamos esperar mais um pouco, apesar de reconhecer a necessidade de realizar esta obra o mais rapidamente possível. -----

Relativamente à estrada do monte das Viúvas e à promessa que aqui fez e também como o Sr. deputado bem sabe, estas "coisas" têm que ter adjudicação, planos de segurança e saúde e consignação. Esta obra foi adjudicada por cerca de 86 mil euros, teve que ser publicada em Diário da República e o empreiteiro que ganhou o concurso garantiu que iria começar a obra logo que fosse possível. De acordo com a conversa do empreiteiro, julgou que a obra iria começar no mês passado, mas ainda não começou. Já se deu a consignação e, como sabe, o empreiteiro tem 30 dias para começar. Portanto, todos esperamos que a obra seja feita o mais rapidamente possível, não podendo prometer que seja para a semana. Frisou que não prometeu lá colocar massas frias, mas que o Sr. deputado é que sugeriu esse material. Voltou a frisar que não disse que sim às massas frias, até porque há engenheiros na Câmara Municipal que são os técnicos responsáveis por esta área e deram o parecer de que o "tout-venant" chegava, porque íamos gastar 86 mil euros na estrada, daí a razão por não se ter colocado massas frias. O Presidente da Câmara respeita os pareceres técnicos dos seus engenheiros, sobretudo quando eles são de interesse municipal. -----

Falou no porquê dos loteamentos. Nós apostamos muito nos jovens e estes estão a fugir para Castro Verde, porque os preços dos loteamentos são aí mais acessíveis aos bolsos dos jovens. É provável que existam 100 lotes para vender em Almodôvar, mas se existem, então os proprietários têm duas opções, ou acompanham os preços praticados noutras localidades e tentam que os preços sejam acessíveis aos jovens, ou então ficam mais tempos à espera, porque a Câmara Municipal tem um terreno dentro de Almodôvar e vai fazer um loteamento para que os jovens os possam comprar a preços mais acessíveis. Mas este loteamento vai ser apenas para os jovens, não para toda a gente. O loteamento do Rosário não foi abandonado, como o Sr. deputado sugeriu, o que acontece é que não foi colocado em prioridade. O loteamento da Aldeia dos Fernandes está em andamento, está a ser trabalhado internamente ao nível do desenho, para, depois, passar para as infraestruturas e especialidades. -----

Diz que existem lotes à venda em Almodôvar, mas pensa que a Câmara não tem que estar à espera que os jovens se vão embora para, de seguida, colocar lotes à venda a preços acessíveis aos mesmos. O lote, junto ao Quartel dos Bombeiros Voluntários, o loteamento do Convento é da Câmara Municipal, mas levou oito meses para conseguir que o loteamento ficasse pronto para venda. Portanto, neste momento, o loteamento está pronto para venda, sendo, agora, necessário criar as regras de venda, pelo que, em janeiro, julgo que tudo estará em condições para a venda. Realçou que os lotes da Câmara Municipal não vão ser vendidos a preços exorbitantes, antes, para que os jovens os possam comprar, ir-se-á encontrar uma fórmula justa e equitativa para que os jovens do concelho fiquem no nosso concelho. Informa que não foram aceites inscrições de ninguém, que a Câmara Municipal tem recebido chamadas telefónicas e o que se tem feito é dizer às pessoas para ligarem para o respetivo departamento e aí deixarem o nome para quando houver uma hasta pública serem chamados a participar. Em princípio, não vai haver convites para carta fechada, a venda será feita em hasta pública, caso não surja um método melhor. Apesar da existência do loteamento do convento, justifica-se fazer outro loteamento, porque não temos só treze jovens em Almodôvar e, aquele loteamento só tem treze lotes. Referiu ainda que vai levar algum tempo a ter o loteamento totalmente disponível. -----

Relativamente à questão dos projetos de que fala a deputada Celeste Sebastião, lembra que está no orçamento de 2015, na página 23. -----

A deputada Celeste Sebastião fala em muitos projetos e referiu que se não fossem os projetos deixados pelo anterior executivo, o atual

executivo estaria em desgraça, ou seja, não fazia nada. Se não disse exatamente assim, julga que a ideia que tentou transmitir foi esta. -----

Relembra que quando este executivo iniciou funções, tinham dois ou três projetos aprovados, que totalizavam, salvo o erro, 3 milhões de euros. Quando o anterior executivo iniciou funções na autarquia, em 2001, havia 5 milhões e 800 mil euros de projetos em curso, como o Jardim de Infância de Almodôvar, 293 mil euros, a iluminação do Complexo Desportivo, 26 mil euros, a eletrificação do Monte Gingões de Cima, 75 mil euros, a construção da Biblioteca Municipal, 825 mil euros, a construção do CM 1198 ao CM 506 pelo azinhal, 745 mil euros, etc., até um total de 5 milhões e 800 mil euros. Estas obras estavam em execução e grande parte destes valores foram candidatados. Portanto, se o anterior executivo deixou projetos e obras, fizeram o seu dever, nem mais nem menos, e é isso o que nós faremos quando deixarmos de estar à frente dos destinos da autarquia. Fazemos o nosso trabalho, preparamos os nossos projetos, fazemos o que conseguirmos fazer e tentaremos deixar, tal como o executivo socialista já deixou, três páginas cheias de projetos em execução, é essa a nossa função, é para isso que somos pagos, não vejo qual é o problema. A Câmara não fechou no dia 21 de outubro e não se jogou tudo fora. Temos um ano de aprendizagem pela frente, temos falhas, somos seres humanos, mas começamos de um ponto muito inferior ao ponto que o anterior executivo começou, os documentos não mentem, não estou a fazer nem blasfémia, nem demagogia política, está tudo nos papeis. Existe, inclusivamente, um *dossier* chamado plano estratégico de 2000 a 2006 para o concelho de Almodôvar, registado na CCDR, onde estão projetos, tais como a Ribeira de Cobres, que já em 2000 era uma prioridade para o então executivo e continua a ser uma prioridade, embora ponderada. No fundo, aquilo que nos foi dito congratula-nos, porque o argumento é tão repetitivo que dá a impressão que já não têm mais ideias, têm de ser, pois, mais criativos, senão voltamos sempre ao mesmo ponto da última Assembleia. Nós sabemos que, este ano, ainda não conseguimos colocar um elevado número de obras em curso, mas já temos algumas a serem realizadas, já conseguimos aprovar obras, como a Rua da Malpica, cujo projeto estava quase pronto, mas sem verbas, estamos a executar o projeto da Aldeia dos Fernandes até à Abobada, cujo projeto estava já pronto, estamos a finalizar o projeto da Rua de Beja, iniciamos a obra da Rua Serpa Pinto, cujo projeto foi feito novo. -----

Além destas obras, tem sido dedicado um grande esforço ao trabalho diretamente ligado às pessoas, a projetos comunitários, a projetos da área social e, depois, estamos também a aprender a lidar com os assuntos relacionados com o município, porque estamos cá para

aprender todos os dias. Terminou, referindo que não quer, de modo nenhum, ser ofensivo, mas está a falar de um ponto de vista político e, neste sentido, tem que dizer a verdade aos munícipes. -----

**A deputada Celeste Sebastião** disse que concorda com o Sr. Presidente quando diz que está aqui para debater as ideias do nosso concelho e julga que colocar as ideias na Assembleia Municipal faz parte do dever, mas não quer ofender ninguém, embora às vezes aconteça e isso é lamentável, mas não é essa e nunca será a sua postura. -----

Disse que se o movimento dos independentes está a ser repetitivo, é porque isto é um ciclo vicioso. Como o executivo também é repetitivo, não saem dessa engrenagem, das mesmas ideias, “as pessoas como prioridade” e o “empreendedorismo” e, pronto, encravam um bocadinho ali e, por isso, o movimento dos independentes acaba por bater sempre na mesma tecla. Também fica contente que este executivo dignifique os projetos deixados pelo anterior executivo, acha bem que os queira continuar e pôr em prática. Contudo, da intervenção do Sr. Presidente, ficou-lhe uma dúvida, já que ele disse que tem alguns projetos em carteira, que estão à espera da aprovação dos fundos, como o museu do pão. No entanto, disse que a Câmara parece ter dificuldade e que não quer fazer uma má gestão, porque tem medo de não ter fundos. Então, não se compreende porque é que aumenta a despesa corrente em mais 10%. Realçou a ideia de que não percebeu muito bem qual era a necessidade de aumentar a despesa corrente em mais 10%, neste documento da Grandes Opções do Plano e do Orçamento, pois, nos tempos que correm, não é uma medida, se calhar, muito acertada. -----

Depois, na sequência do que o Sr. deputado José Romba disse, o Sr. Presidente respondeu que os jovens estão a fugir para Castro Verde, porque não têm loteamentos, nem habitações em Almodôvar, mas o Rosário ainda faz parte do concelho e o loteamento do Rosário está um bocadinho abandonado. -----

O **Presidente da Câmara** respondeu, afirmando que a deputada Celeste Sebastião chama aquelas despesas de despesa corrente, mas o executivo chama-lhe despesas com as pessoas para resolver as necessidades das pessoas do nosso concelho. Lembra também que a Câmara tem uma despesa acrescida, neste momento, com vencimentos, uma vez que o ano passado não se estava a pagar os subsídios, e este ano está. Referiu este aspeto só para lembrar que existem despesas que foram acrescidas ao orçamento e que não eram habituais, como as despesas com seguros de pessoal ao nível do apoio ao emprego, do centro de emprego. -----

Também o cartão o idoso foi aumentado para 100% e isso trouxe-nos uma despesa adicional que passou de 40 para 110 mil euros, neste momento. São estas as razões das despesas que a Sra. deputada chama de despesa corrente, mas que nós chamamos de despesas com pessoas, nós disponibilizamos o dinheiro para ajudar as pessoas, não o esbanjamos, ajudamos quem de facto precisa, no âmbito de um projeto que esta em vigor. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o **Presidente da Assembleia**, colocou à votação a Proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento, para o exercício económico de 2015, a qual **foi aprovada, por maioria**, com 14 votos a favor (PS, PSD), 4 votos contra (IPA) e 2 abstenções (IPA). -----

**DECLARAÇÃO DE VOTO:** -----

O Grupo Parlamentar do PSD, proferiu a seguinte declaração de voto:

**“Declaração de Voto do Grupo Parlamentar do PPD/PSD, sobre a intenção de voto referente à discussão das Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município de Almodôvar, para 2015.** -----

*O PPD/PSD vota favoravelmente as Grandes Opções do Plano e Orçamento, do Município de Almodôvar para 2015, uma vez que este resulta do entendimento conjunto das duas forças partidárias que asseguram neste momento a maioria: Poder Executivo e Gestão do Município.*-----

*Congratulamo-nos, em particular, com a atenção dada relativamente aos apoios da natalidade, educação e à juventude, pois para nós, mais do que garantir a atual qualidade de vida do Concelho, é ainda e também importante a implementação de medidas de incremento à natalidade e fixação de jovens; medidas essas fundamentais para a futura viabilidade do nosso concelho, em termos do desenvolvimento social e aumento da população.* -----

*O PPD/PSD tem dado a sua opinião e marcado a sua linha programática, muito honradamente, porque só assim, desta forma, podemos beneficiar os Almodovarenses.* -----

*Não sendo, na totalidade, o Orçamento que o PPD/PSD apresentaria, é no entanto o Orçamento possível, dentro de um quadro de entendimento em prol do desenvolvimento e de uma gestão equilibrada do Concelho de Almodôvar.”* -----

**B.3. - CONHECIMENTO SOBRE A ATUALIZAÇÃO DAS TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS CONSTANTES NA TABELA ANEXA AO REGULAMENTO, PARA O ANO 2015:**-----

O **Presidente da Assembleia** deu conhecimento de uma informação exarada pelo Gabinete de Planeamento e Gestão Financeira, que se transcreve: -----

**"Assunto:** *Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais para vigorar no ano económico de 2015.* -----

**DATA:** *23.outubro.2014.* -----

**INFORMAÇÃO.** -----

*Cumpre-nos informar V. Exa que, de acordo com o n.º1 do artigo 8.º, do Regulamento de liquidação e cobrança de taxas e outras receitas municipais, os valores constantes na tabela deverão ser atualizados, ordinária e anualmente, em função dos índices de inflação publicados pelo INE, acumulados durante 12 meses, contados de novembro a outubro.* -----

*De acordo com o n.º 7 do mesmo artigo, a presente atualização deverá acompanhar a proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano seguinte.* -----

*Para que a atualização das taxas possa acompanhar o Orçamento e as GOP para o ano de 2015, o índice de preços do consumidor disponibilizado pelo INE, que se reporta a setembro de 2014, apresenta uma variação média dos últimos 12 meses de 0,3%.* -----

*Submete-se à consideração superior, a atualização negativa das taxas e preços para vigorar no ano económico de 2015, ou a manutenção do valor das taxas e preços em vigor neste ano de 2014."* -----

**A transcrita informação mereceu o seguinte despacho do Sr. Presidente da Câmara, que se transcreve:** -----

*"Face à diferença mínima e aos respetivos transtornos logísticos e contabilísticos para efetuar a alteração mantenham-se os valores das taxas e outras receitas."* -----

**A Assembleia tomou conhecimento da Tabela de Taxas** que deverá acompanhar a proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2015, para, em conjunto, vigorarem a partir do dia 01.JAN.2015. -----

**B.4. - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A ESTRUTURA ORGÂNICA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS E RESPECTIVO REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS:**-----

O **Presidente da Assembleia** introduziu o novo ponto da ordem de trabalhos e abriu as inscrições, tendo-se inscrito o senhor deputado José Brites. -----

Usou da palavra o deputado **José Brites** que disse o seguinte: -----

**"Assunto:** *Regulamento de Organização dos Serviços Municipais.* -----

*O presente regulamento encontra-se muito bem organizado, faltando nele o respetivo Índice.” -----*

Não havendo pedidos de intervenção, o **Presidente da Assembleia** colocou à votação **a Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais e respetivo Regulamento de Organização dos Serviços Municipais**, a qual **foi aprovada, por maioria**, com 14 votos a favor (PS, PSD), 4 votos contra (IPA) e 2 abstenção (IPA). -----

**DECLARAÇÃO DE VOTO:** -----

**O Grupo Parlamentar Independentes Por Almodôvar, proferiu a seguinte declaração de voto contra:** -----

*“O Grupo Parlamentar dos independentes por Almodôvar votou contra este documento por um conjunto de considerandos que queremos deixar expressos nesta declaração de voto: -----*

*A criação na altura de duas divisões (DOTGU e DOMSUA) respondeu a uma exigência dos serviços, dado o volume de trabalho existente naquela área técnica e também face ao conjunto de matérias que gradualmente vinham a ser transferidas da administração central para as autarquias. Há muito tempo que os técnicos pediam uma reestruturação dos serviços que criasse aquelas Divisões. -----*

*A situação invocada para esta alteração, voltando a haver apenas uma Divisão, não pode ser considerada válida, pois assenta em situações conjunturais, que não podem nem devem servir de base a alterações estruturais. -----*

*A outra Divisão, agora criada, não é importante, dado que existia uma Unidade Orgânica de 3º grau que respondia às exigências colocadas e poderia ter um responsável direto se assim o entendessem. -----*

*Quanta à criação da maioria dos Gabinetes, consideramos que não havia necessidade, porque, daí não advém quaisquer benefícios para a população, estão a criar estruturas sem necessidade. -----*

*Os serviços de obras particulares não passam só pelo licenciamento de obras dos particulares, existem outros serviços que ocupam os técnicos, como os mecanismos de ordenamento do território e a elaboração de projetos e planos, bem como todo outro conjunto de responsabilidades na área económica, nos processos de licenciamento industrial e na sua monitorização e muitas outras situações que por si só, justificam que haja uma Divisão. -----*

*Por outro lado, é redutor fazer uma análise do trabalho desta Divisão de Ordenamento do Território e Gestão Urbanística, apenas na perspetiva do licenciamento particular, esquecendo o ordenamento do território, designadamente o PROTA aprovado recentemente, a crescer*



*a necessidade de continuar a desenvolver a Revisão do Plano Diretor Municipal, que é competência desta divisão. -----*

*A acrescer às funções atrás referidas é da competência desta Divisão o licenciamento industrial, bem como o licenciamento zero, que não trata apenas duma mera comunicação prévia, mas que introduziu responsabilidades acrescidas ao nível da fiscalização, que se não for devidamente exercida com técnicos e funcionários, devidamente preparados para esse efeito, acarreta o risco de não termos no concelho, estabelecimentos comerciais e industriais devidamente licenciados e a funcionar de acordo com os parâmetros legais, prestando um mau serviço aos munícipes. -----*

*Queremos ainda salientar a importância dos Sistemas de Informação Geográfica, que fazem parte daquela divisão, e que desempenham um papel fundamental no planeamento urbanístico e na gestão e ordenamento territorial do Concelho. -----*

*O peso enorme da DOMSUA em todos os serviços operacionais executados na administração direta da Autarquia, bem como na feitura de projeto e acompanhamento das obras realizadas no âmbito da contratação pública, passando pelo exigente serviço de transportes, constitui uma estrutura muito considerável e que implica a necessidade de uma chefia de proximidade que assim será colocada em causa. -----*

*Com esta junção das divisões, criamos uma estrutura muito pesada que não vai corresponder aos princípios de eficiência e eficácia que se pretendem e trará por certo problemas no futuro. -----*

*Devido à conjuntura económica que estamos a atravessar há um certo abrandamento, o que não quer dizer que amanhã não volte a haver mais investimento. -----*

*O que esta reestruturação indica é a demissão, por parte desta Câmara, em fazer obra. Estamos cientes que esta mudança é um enorme erro e reflete o baixar de braços desta maioria em investir no futuro. -----*

*Tornamos a referir que extinguir estas Divisões é revelador de uma visão redutora, ligeira e limitada, do modo de funcionamento, das competências e das funções das Divisões Municipais existentes. -----*

*Lamentamos a aprovação deste regulamento, mas não ficamos surpreendidos, pois a opção feita pelo Executivo Camarário vai na senda do Orçamento e Plano apresentados, que desvaloriza o investimento em equipamentos e infraestruturas, o empreendedorismo, o emprego e o desenvolvimento económico, privilegiando uma visão de consumo imediato de quem só olha para o seu umbigo, e que em termos futuros terá efeitos trágicos para o Concelho de Almodôvar. -----*

*Por tudo isto votamos contra o novo Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, com fundamento nos argumentos aduzidos.” -----*

**B.5. - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE O MAPA DE PESSOAL PARA O ANO 2015; -----**

**O Presidente da Assembleia**, abriu as inscrições para intervenções, tendo-se inscrito os deputados Bruno Martins, José Brites, Francisco Teixeira, Celeste Sebastião, Domingos Romba e Ana Barão. -----

Usou da palavra o deputado **José Brites** que disse o seguinte:-----

**"Assunto - Mapa e pessoal -----**

*O presente mapa apresenta-se muito bem organizado e elucidativo faltando a numeração das suas folhas bem como o respetivo índice.” -----*

Na sua alocução o deputado **Bruno Martins** verbalizou o seguinte: --

**"Princípios da igualdade, da imparcialidade e da transparência-----**

*1- Respeitamos a posição e a legitimidade do executivo em querer organizar os serviços municipais de acordo com os seus próprios critérios de gestão. Na sua génese, o Mapa de pessoal 2015 parece-nos razoável. **Não é nossa intenção reprovar o mapa de pessoal 2015, mas sim aperfeiçoá-lo.** -----*

*2 - **O Grupo Parlamentar do PSD** defende o respeito pelos princípios de igualdade e de imparcialidade. -----*

**Estranhamos** o facto de determinadas áreas tão vastas e tão específicas não estarem previstas para a chefia da Divisão Administrativa e financeira, tais como economia, contabilidade, gestão de empresas, entre outras. Entendemos que este princípio de igualdade **não está a ser totalmente respeitado.** -----

*2.1 - Também na Divisão de Intervenção Social, Educação, Desporto e Juventude defendemos uma maior abrangência de áreas académicas enquadráveis na mesma. Parece-nos amplamente redutor que apenas formações académicas como psicologia, desporto ou ação social estejam determinadas no mapa de pessoal 2015 no âmbito da chefia da mesma divisão. -----*

*Entendemos incluir toda e qualquer ciência social e humana desde a sociologia, ciência política, Ciências da educação, antropologia, história, linguística, pedagogia, economia, administração, comunicação social, contabilidade, geografia, direito, arqueologia, psicologia, relações internacionais, entre outras. -----*

*3 - A posição do **Grupo Parlamentar do PSD** face a este documento será de abstenção, recomendando ao executivo a melhoria do mesmo nos dois pontos em causa para que possa ser novamente discutido e futuramente aprovado em sede de Assembleia Municipal,*

*permitindo um maior leque de abertura, transparência e de escolhas para as chefias atrás mencionadas.” -----*

Não havendo pedidos de intervenção, o **Presidente da Assembleia** colocou à votação o **Mapa de Pessoal para o ano de 2015**, o qual foi **aprovada, por maioria**, com 8 votos a favor (PS), 4 votos contra (IPA) e 8 abstenção (IPA, PSD). -----

**DECLARAÇÃO DE VOTO:** -----

**O Grupo Parlamentar do IPA, proferiu a seguinte declaração de voto conta:** -----

*"Votamos contra este mapa de pessoal com base no conteúdo da proposta apresentada tendo em atenção que este mapa contempla alterações significativas que exigiam uma discussão e reflexão ponderadas e objetiva. Para um plano e orçamento com diminuição de atividade não pode corresponder um mapa de pessoal aumentado em 13 lugares, consideramos esse número de lugares exagerado com um rácio de trabalhadores face à média a população que ultrapassa a média nacional e que deveria sofrer um ajustamento e não um aumento. -----*

*Os encargos com pessoal são cerca de 30% das receitas totais e devia haver um esforço para os baixar pelo menos para 25% que é o razoável para despesas com pessoal. -----*

*Documentos desta natureza essenciais à gestão municipal necessitam de uma discussão ampla e abrangente tendo sobretudo em atenção que as GOP e alteração à estrutura orgânica dos serviços municipais e respetivo regulamento, foram entretanto aprovadas nesta assembleia. ---*

*Por isso votamos contra.” -----*

**B.6. - CONHECIMENTO DA LISTAGEM DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS, NO ÂMBITO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DOS MESMOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI N.º 8/2012, DE 28 DE FEVEREIRO:**-----

O **Presidente a Assembleia** deu conhecimento da seguinte informação: -----

***"Listagem dos Compromissos Plurianuais assumidos e a assumir a partir do dia dezasseis de setembro de dois mil e catorze. -----***

*Na sequência da **Proposta n.º 20/PRESIDENTE/2013**, formulada pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara, em 21.nov.2013 e em conformidade com a Lei n.º 08/2012, de 21 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, submete-se à apreciação dos órgãos*

*municipais a informação sobre os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da referida autorização, desde o dia 16 de setembro de 2014.-*

	<i>Designação do fornecimento ou empreitada</i>	<i>Valor do contrato</i>	<i>Data do contrato</i>	<i>Prazo de fornecimento /execução</i>	<i>Término do prazo</i>
<i>INPLENITOS – ARQUITETURA E SOLUÇÕES UNIPessoal. LDA</i>	<i>Aquisição de Serviços – Elaboração dos Projetos de Arquitetura, Arquitetura Paisagista, Especialidades para Requalificação Urbanística da Entrada Sul de Almodôvar</i>	<i>€42.500,00</i>	<i>22.set.14</i>	<i>80 dias</i>	<i>20 dias Estudo Prévio 30 dias Projeto Base 30 dias Projeto de Execução</i>
<i>CENTRO SOCIAL E PAROQUIAÇ DE SANTA CLARA-A-NOVA</i>	<i>Fornecimento de Refeições Escolares do JI e EB1 de Santa Clara-a-Nova 2014/2015</i>	<i>€13.000,00</i>	<i>17.out.14</i>	<i>274 dias</i>	<i>15 de julho</i>

**A Assembleia tomou conhecimento.** -----

**B.7. - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA; (ALÍNEA C) DO N.º 2 DO Art.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO):**-----

O **Presidente da Assembleia** disse que quem se quisesse pronunciar sobre o Relatório de Atividades da Câmara, que fizesse o favor de se inscrever, e solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que fizesse a sua apresentação, de forma resumida. -----

No uso da palavra, o **Presidente da Câmara** disse que este é um relatório que tem cerca de um mês, que não é muito extenso, que foram minuciosos na sua elaboração e que pretende refletir tudo aquilo que se passa dentro dos serviços que o município presta aos seus munícipes. ---

Falará apenas da parte que lhe compete, da ação do Presidente da Câmara, referindo, na medida do possível, todos os seus passos que foram dados em prol da população e com a intenção de se conseguir projetos, de se conseguir concretizar contratos, todos os contactos feitos que considerou de importância para o município, etc., os quais constam e podem ser lidos no relatório. -----

Seguidamente, passou a responder às perguntas que lhe foram colocadas no início da sessão.-----

Agradeceu a intervenção do deputado José Brites e disse-lhe que não considera, ainda, o CM das Cabecinhas uma prioridade, tendo em conta a quantidade de tráfego que nele passa, mas será visto a seu devido tempo. -----

Quanto aos Sanitários Públicos da vila, os mesmos são uma prioridade e tentar-se-á, quanto antes, verificar o que se poderá fazer em relação a eles. -----

A abertura das valas, na Rua das Eiras, está em curso e está prevista não só a obra de águas pluviais e a retificação de alguns esgotos, mas também a repavimentação das covas depois de tapadas. -----

Relativamente ao Cais da Ribeira, o anterior projeto não contemplava a repavimentação. Vai agora ser executado, no mês de dezembro, e inclui também um levantamento da cota na zona chamada "do barreiro", a fim de evitar as inundações que ali sempre se verificaram. É um projeto que vai ser executado em dezembro, que levou um pouco de tempo a fazer, em virtude das autorizações necessárias que foi preciso obter. -----

O deputado congratulou-se com a loja social e o banco de ajudas técnicas. É um projeto que o executivo se orgulha de ter conseguido colocar em pé e espera que a população dê também o seu contributo, para que todos possamos partilhar aquilo que não nos faz falta e que, porventura, fará falta aos outros, aos nossos vizinhos, aos nossos conterrâneos. -----

Quanto ao jardim da Entrada Norte, o deputado congratulou-se com os equipamentos para o exercício físico, mas deve dizer-lhe que não foram lá colocados porque a Assembleia os aconselhou, colocaram-nos lá, porque fazia parte do projeto, porém, aceita o seu agradecimento. Em relação à zona do Jardim que não tem relva, irá pedir à sua equipa técnica que verifique e veja o que se pode fazer. -----

Respondendo ao deputado Francisco Teixeira, referiu que se compararmos as qualificações técnicas e pedagógicas do professor de música que foi contactado, que leciona na escola de Castro Verde, com o professor que estava contratado há um ano atrás, chega-se à conclusão que aquele tem mais qualificações técnicas. Tem uma licenciatura na área, tem experiência profissional com crianças muito mais relevante, não descurando, naturalmente, o reconhecimento pelo mérito que o professor anterior, Pedro Mestre, tem no cante alentejano. Informou que o Sr. Pedro Mestre foi convidado para trabalhar em Almodôvar, mas que pediu o dobro do dinheiro que usufruía no ano anterior. Não percebendo a razão desta atitude, o Sr. Pedro Mestre foi novamente contactado no sentido de baixar o valor, respondendo que não valia a pena vir para Almodôvar com um valor inferior. Em consequência, foi convidada outra pessoa que fez um preço inferior e, por conseguinte, foi aceite. Julga que as crianças estão em boas mãos e, se houver alguma coisa em contrário, será o primeiro a assumir a responsabilidade e a demitir a pessoa contratada. -----

Agradeceu à deputada Celeste Sebastião, respondendo-lhe que se sente lisonjeado por ela gastar o seu tempo a ver a televisão com a entrevista que deu. Em relação à gafe, disse que sabe perfeitamente que

o concelho de Almodôvar tem 775,9 km<sup>2</sup>, mas, enfim, foi uma gafe, e como estamos a precisar de uma assessora de comunicação social, quem sabe! -----

Na última Assembleia falou-se sobre o Museu de Santa Clara. Todos sabem o que se passou com o museu de Santa Clara. Foi um projeto que foi iniciado mas não lhe foi dado o seguimento no devido tempo. Agora, está-se a tentar colocar o projeto e a não perder o seu financiamento. Neste momento, o projeto está para análise de extensão de prazo com a entidade coordenadora da candidatura. É um projeto muito importante, que traz mais-valia, é pena que não tivesse sido, no seu início, direcionado para o competente serviço dentro do município, ou seja, para a DOTGU, que é o serviço dos projetos e que tenha ficado só na área do turismo, mas isso é uma situação que já foi falada, não vale a pena voltar a focar. -----

Usou da palavra o deputado **José Brites** que disse o seguinte: -----

**"Assunto - Relatório de Atividades.** -----

**Um:** *Tendo em atenção a intervenção feita pelo grupo municipal dos independentes (IPA) na assembleia que se realizou no dia 29 de Setembro de 2014, nomeadamente pelo deputado Francisco Teixeira, que diz, a fis. 207, e passo a citar "Este relatório da atividade da Câmara é uma coisa tão importante que merece, dentro das competências da Assembleia um ponto próprio que é obrigatório".* -----

**Resposta:** *Não só concordo como, é do seu conhecimento, sempre me tenho debatido por ele por considerar o relatório uma peça muito importante.* -----

**Dois:** *O deputado José Romba, que pertence ao mesmo grupo IPA, disse, numa sua intervenção, fis 209, que passo em parte a citar, "começou por dizer que o relatório é muito extenso e poderia ser um pouco mais sintético, não ignorando, naturalmente, aquilo que é mais importante. Para além disso, gostava que houvesse um bocadinho mais de rigor naquilo que se escreve no relatório e citou o seguinte, a título de exemplo: no ponto 5, Comunicação e imagem, diz "quase ¼, entre parenteses, 20 %, podiam dizer que era 1/5, escusavam de dizer que era quase ¼, depois "ocuparam mais de metade e, entre parenteses, diz 48%, portanto é menos de metade.* -----

*Parece-lhe também que há muita repetição, ou seja, o documento já é demasiado extenso e depois estar a repetir algumas das situações é desnecessário.* -----

**Resposta:** *no seu parágrafo primeiro, já não concordo, porque se contradiz ao ponto um, nomeadamente onde diz que é muito extenso e deveria ser mais sintético.* -----

*O recebido durante todo o anterior mandato e que era enviado pelo ex-executivo municipal para a Assembleia e posteriormente dado conhecimento a todos os deputados através do seu envio, era tão reduzido e sintético que a informação sobre a Atividade do Município bem como a situação financeira reduzia-se a cerca de uma dezena de folhas. -----*

*Diz também que gostava que houvesse mais rigor no que se escreve no relatório, não só concordo como até tem todo o meu apoio nesse ponto. -----*

*No respeitante a este parágrafo, possivelmente por ter sido chamada a atenção neste relatório. já vem eliminado. -----*

*Parece-lhe haver muita repetição e estar a repetir algumas das situações torna-se desnecessário, também aqui lhe dou o meu inteiro apoio. -----*

*Por último, quando existir repetição na leitura deverá ser feita por qualquer deputado desta Assembleia uma chamada de atenção do facto verificado, pelo menos é o que sempre tenho feito até à presente data, tentando melhorar sempre o conteúdo do relatório seguinte. -----*

*Isto porque existem vários serviços, divisões etc., que penso lerem as atas da Assembleia para na parte que lhe diga respeito procederem a emenda dos reparos efetuados na sessão desta Assembleia, para no futuro relatório estes não se voltarem a repetir estando assim este sempre a ser melhorado.” -----*

Usou da palavra o **deputado Vítor Saleiro** para dizer que gostava de fazer uma observação em relação à forma como este relatório se apresenta. -----

Apresenta-se muito sucinto e revela ser um documento que permite uma análise ponderada, este documento tem um método muito importante que permite fazer uma reflexão sobre aquilo que o executivo propõe fazer em termos de futuro e aquilo que, efetivamente, também já fez. -----

Gostaria de abordar algumas questões e que, se porventura forem alvo de alguma reflexão tanto melhor. -----

Fala o Relatório nas Águas Públicas do Alentejo e gestão das águas do município. Esta é uma questão que reputa de alguma importância é um assunto que deve merecer uma discussão mais aprofundada. -----

Se calhar, teremos que aguardar por outras sessões para que este assunto venha a ser tratado de novo. A questão da água, em termos de fornecimento público, foi alvo de uma situação que nos desagrada a todos nós, mas este executivo, dentro das suas possibilidades, pelo menos isso publicamente já foi avaliado, teve a capacidade de dar uma resposta pronta, resolvendo o problema de forma imediata. -----

Pensa, que por se tratar de um assunto de tão grande importância para a população do concelho de Almodôvar, crê que a água deve merecer realmente um cuidado muito especial, sugerindo que este executivo criasse um grupo de acompanhamento do evoluir de toda a situação que envolve a água, isto é, desde a sua receção até ao seu tratamento e à sua distribuição. -----

Prosseguindo, referiu que faria até uma recomendação para que fosse sendo pensada a criação de um gabinete, com pessoas habilitadas para o efeito, que ponderassem e monitorizassem, a cada momento, o valor e a qualidade da água, que fosse feito periodicamente e houvesse divulgação de todo esse trabalho, para que, assim, a população deixasse de viver em sobressalto. -----

Esta situação já sucedeu noutros pontos do país, como todos nós temos conhecimento e, quiçá, poderá suceder de novo junto de nós e, sem dúvida nenhuma, que a responsabilidade é enorme, porque está em causa a saúde pública. -----

Congratula-se, porque o relatório é revelador também de que não há um amorfismo assim tão grande, parece-lhe que há questões positivas que devemos ter a coragem de assumir, que também alguma coisa está a ser feita e, note-se, estamos praticamente no princípio de uma gestão camarária, com todas as dificuldades que toda esta situação envolve e, de referir também, a dependência que qualquer decisão que, por nova que seja, envolve sempre muito tempo, em termos de tomada de decisões superiores, ao nível da estrutura hierárquica de um estado que é todo-poderoso. -----

Referiu que tem algumas questões que gostaria de trazer a público, para que, no futuro, sirvam de reflexão para que possamos discutir e que, cada um de nós, possa também fazer algumas propostas no sentido de melhorar. -----

O Sr. Presidente participou num fórum sobre empregabilidade e empreendedorismo, apoiado através do IEFP, pelo que levanta esta questão, porque a acha de muita importância. -----

Esclareceu que, por acaso, também participou num fórum dinamizado por uma instituição pública, onde o IEFP realmente era a vedeta, em que apareceu como o grande promotor de desenvolvimento, na perspetiva de "venham cá porque nós temos muito dinheiro para fornecer e para dar a quem apresente projetos". Nesse fórum, sugeriu que esses recursos financeiros fossem aproveitados de uma forma racional, principalmente nestas regiões do interior, em que as atividades tradicionais têm um peso muito importante ao nível da sua recuperação e, quem sabe, muitas das pessoas que estão desempregadas, poderiam ser o veículo dessa forma nova de estar ao nível da recuperação de



algumas atividades que se perderam no tempo, porque, quer queiramos quer não, há muitas atividades que poderiam ser alvo de recuperação e que poderão ser fonte de empregabilidade. -----

É esta questão que gostaria de trazer para uma possível reflexão, numa perspetiva de futuro. Pensa que o executivo deveria realmente sensibilizar esta ou outras entidades neste tipo de processo, uma vez que o que tem se tem feito e aquilo a que temos assistido, em termos de formação, fica-se por uma formação banal, em que os recursos, muitas vezes, são gastos e o que é que daí resulta? Quase sempre, em termos de futuro, pouco ou nada, todos temos conhecimento disso. -----

Sobre o congresso de turismo, que para si tem um particular interesse, já que se fala muito de turismo, na valorização dos nossos recursos, sempre com o objetivo de apelar às pessoas que veem de fora para nos visitarem, pergunta ao Sr. Presidente, que participou neste congresso, se terá alguma novidade sobre esta matéria? Referiu estar com curiosidade em saber se há resultados práticos ao nível do desenvolvimento do turismo. -----

Quando às questões concretas que levanta, elas são de interesse para o nosso concelho, referindo que há vozes que lamentam esta atitude, mas não nos esqueçamos que é o público que nos ouve e essa é a nossa grande responsabilidade. É também nossa responsabilidade, como membros desta casa, saber e tentar responder aos problemas que nós sofremos no dia-a-dia, pois não nos podemos aliar dos problemas que os outros têm, porque esses problemas não são só dos outros, eles são também nossos. Para sermos bons cidadãos e cidadãos responsáveis, pois foi para isso que fomos eleitos, temos que discutir as questões concretas, temos de ter capacidade para responder, temos de saber responder às questões processuais, às questões formais. Muitas vezes levamos horas e horas a discutir assuntos secundários e as questões concretas ficam por resolver. Referiu que, como cidadão, há anos que assiste a este espetáculo e as questões concretas, que dizem respeito às pessoas, continuam todas por resolver. -----

Temos uma juventude que precisa de ser apoiada, aqueles que querem ficar, bem como aqueles que querem voltar são penalizados, temos todos que nos empenhar nesta tarefa coletiva. Ouve-se muita gente a dizer que temos que trabalhar em prol da comunidade, mas trabalhar em prol da comunidade é muito mais que o “blá blá blá” da política, é essa a questão concreta. -----

“Preparação do programa de revitalização da atividade empresarial local”, ora cá está um assunto que acha que é interessante, então vamos deixá-lo passar de ânimo leve, sem nos debruçarmos sobre ele diz? Se realmente este executivo tiver propostas sobre este assunto e é isso que

se espera, solicita então ao executivo que, mais tarde ou mais cedo, responda concretamente a esta questão. Refere que gosta de equacionar as questões porque quer ser minimamente inteligente e quer colaborar numa ação que possa ter resultados práticos, essa é que é a questão concreta. -----

Quanto ao programa de revitalização da atividade empresarial local, gostaria de saber se realmente tem algumas propostas, porque os jovens estão à espera de uma resposta. Se tem medidas previstas para adotar em relação a esta questão, que tipo de divulgação tem prevista para a sensibilização dos empresários locais, que tipo de trabalhos estão projetados para o futuro, como congressos, seminários, ou outros encontros? Tem também informações técnicas sobre a possível adesão deste setor aos fundos comunitários? Gostaria de ouvir algo sobre esta importante matéria. -----

Também a questão das freguesias, nesta vertente, não podem ser esquecidas, já que as juntas de freguesias têm um papel a desempenhar na qualidade de entidades potenciadoras de um maior envolvimento entre a comunidade e as gentes promotores destas e outras iniciativas. Opina que as juntas de freguesia devem ter, pois, um papel muito ativo sobre estas questões, porque é fundamental envolver todas as partes, senão as “coisas” não resultam. -----

Quanto à proteção civil, fala-se na requalificação ambiental e valorização do espaço rural, prevenção e gestão de riscos naturais e tecnológicos, revisão do plano municipal de emergência. Quais os pormenores que estão previstos para conhecimento de todos nós? Estão previstas ações de divulgação e de sensibilização? Também nesta área, muito do que foi feito apresenta ainda algumas lacunas. Lembra, a este respeito, a necessidade da envolvência da comunidade, dos jovens e o papel importantíssimo das escolas para um correto funcionamento ao nível da comunicação entre jovens e adultos. Não nos esqueçamos que este tipo de atividades, mais tarde ou mais cedo, vai ter que suceder. Através das escolas podemos efetivamente promover ações eficazes, envolver os jovens dá-nos mais responsabilidade e as coisas podem, no futuro, ter outra dimensão para bem da comunidade. -----

**O Presidente da Câmara** agradeceu ao deputado Vítor Saleiro as palavras que lhe dirigiu e disse que, sobre o Plano que referiu, o mesmo será apresentado em reunião de Câmara e depois nesta Assembleia e será dinamizado consoante as ações ali previstas. -----

Disse que, hoje, foi para aprovação o Gabinete do Município, e o Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia e, deste modo, ficaremos mais

próximos para podermos trabalhar, com êxito, com as Juntas de Freguesia. -----

A questão da água é um assunto que, com certeza, será ponderado e avaliado, mas deve informar que esta questão, que afetou o nosso concelho, teve a correta solução, de acordo com a lei. Criou-se em algumas pessoas a ideia de que se estava a agir mal, mas parece que Almodôvar foi dos poucos municípios do país a agir em conformidade com as regras. A prova pode ser vista numa reportagem que passa hoje às 21h00, na RTP 1, no programa "Sexta às 9", onde o Sr. jornalista afirmou que o Município de Almodôvar, na análise que foi feita, tinha sido dos poucos a agirem em conformidade com a lei. -----

De facto, fizemos todo o trabalho como deveria ser feito, e ainda bem que não tivemos nenhum caso problemático e, apesar de ninguém desejar o mal dos outros, o certo é que, quando comparados com outros municípios, parece que Almodôvar está num paraíso. Espera que nunca mais voltemos a ter a bactéria, mas se voltarmos a tê-la, o que teremos de fazer é agir em conformidade com os procedimentos previstos para estas situações. -----

Não temos a chave do sucesso por termos dissipado a bactéria, mas faremos o que está ao nosso alcance, isto é, continuaremos a manter as duas análises semanais, mesmo sem as mesmas serem obrigatórias e, enquanto a saúde pública não nos disser para parar, continuaremos com as análises e continuaremos a exigir que as Águas Públicas do Alentejo façam também as suas análises. Os resultados estão na página do município e, desde o dia 1 do outubro que não encontramos qualquer índice de bactéria, nem nos reservatórios das águas públicas, nem nas saídas em baixa. Portanto, estamos naturalmente satisfeitos com o resultado. -----

Respondendo ao deputado José Romba, que questionou se ainda se justifica manter o índice de cloro na água, parecendo-lhe exagerado, explicou que é uma questão técnica, que poderá colocá-la às Águas Públicas do Alentejo, que são os responsabilizados por essa parte e sendo uma questão técnica não sabe responder. -----

#### **B.8. - APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA.** -----

**O Presidente da Assembleia** colocou à votação a minuta da ata da sessão contendo as deliberações tomadas nas rubricas da Ordem do Dia, tendo a mesma sido **aprovada, por unanimidade**, com 20 votos a favor (PS, IPA, PSD). -----

#### **C – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA** -----

**C.1. - Intervenção dos munícipes (n.º 6, do art.º 84.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro).** -----

**O Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para a intervenção dos munícipes, tendo-se inscrito os senhores José Hélder Serrano e Carlos Rosa. -----

Dada a palavra, o munícipe **senhor José Hélder Serrano** referiu que, como tudo indica, o cante irá ser património da humanidade e isso é muito importante. Referiu que o Sr. Pedro Mestre tem feito um trabalho importantíssimo com a sua viola campaniça por todo o Alentejo, foi honrado em Lisboa há muito pouco tempo, como representante do cante no Alentejo. Não lhe tira o mérito excepcional e também não vai revelar o cachet, o cartão de ouro, que o Sr. Pedro Mestre tinha no mandato do Sr. António Sebastião, e não vai revelar porque não vale a pena falar sobre esse assunto, quem quiser saber pode ir ver nas atas da Câmara. -----

Em relação ao cante, só quer dizer que está a fazer um trabalho muito original, com base num livrinho que lhe caiu na mão do Sr. Padre Marvão, que tem 300 cantes alentejanos do Alto e Baixo Alentejo. -----

Explicou que o Sr. Padre fez uma recolha, a nível do Alto e Baixo Alentejo, pago pela Câmara Municipal de Serpa e lamenta que a Câmara não tenha divulgado a sua obra. Afirmou que será ele a divulgá-la, pois está a passar os "cantezinhos" todos para música "karaoke". Já tem dois DVD com "karaoke" feitos e faz questão de mostrar o trabalho à Câmara, esperando que tirem algum partido deste seu trabalho, porque acha que é original e que é uma maneira de preservar o cante, uma vez que os velhinhos vão morrendo e o cante vai deixando de ser passado de boca em boca. Seria bom que ficasse fisicamente qualquer coisa, para que as próximas gerações ouvissem. Neste sentido, este seu trabalho vai ser proposto ao Ministério da Educação para que os seus "karaoques" com os 300 cantes do Padre Marvão sejam distribuídos às escolas do Alentejo. Assim, os Srs. Monitores e o Sr. Pedro Mestre, que música sabe muito bem tocar, mas não tem aquelas qualificações com que os conservatórios costumam habilitar as pessoas, sendo um *expert* na viola campaniça, como há outros *expert* por aí, também pode aproveitar este seu trabalho. A sua surpresa que tinha para apresentar era esta e porque vai fazer uma proposta, é bom que a Câmara Municipal agarre este "projetozinho" e faça a divulgação do trabalho. Disse que não quer dinheiro, que não está preocupado com o dinheiro, mas com a importância do trabalho. -----

Explicou que os cantes, estão todos traduzidos em música, fez arranjos de orquestras muito simples, a piano, primeira e segunda voz, e pensa que é um trabalho valioso. -----

Disse ainda, que um dia ofereceu um CD ao Sr. Francisco Teixeira, espera que ele tenha apreciado, mas agora o objetivo é mais simples,

não se trata de grandes orquestrações, trata-se pura e simplesmente de traduzir aqueles cantes para piano. Prosseguindo, referiu que na escola basta colocar uma "pen" na "drive" e passar no televisor, os miúdos cantam e o professor tem a vida facilitada e ao fim de pouco tempo todos os miúdos cantam. Fica então aqui o seu desafio, esperando que a Câmara Municipal de Almodôvar o apoie, tanto quanto a Câmara de Castro Verde apoia o Sr. Pedro Mestre. -----

Por seu turno, o munícipe **senhor Carlos Rosa**, no uso da palavra, disse que queria congratular-se com a candidatura do Cante Alentejano a Património Imaterial da Humanidade, do qual é um apoiante desde a primeira hora. -----

No caso da candidatura ser aprovada, para a semana, pergunta à Câmara Municipal se vai comemorar esse evento ou não. -----

Referiu que, em vários concelhos do Alentejo, foi recebido o filme "Alentejo, Alentejo", que é um filme promocional que acompanha a candidatura e lamenta que ainda não tenha vindo para Almodôvar para ser apresentado. -----

Prosseguindo, disse que se o Cante Alentejano for considerado Património Imaterial da Humanidade, gostaria que houvesse um grupo da nossa terra também a cantar, pelo menos um cante no princípio e outro no fim, considerando que isso seria uma belíssima prestação. Pediu que lhe respondessem se estão mesmo a pensar fazer essa comemoração, porque queria associar-se a ela. -----

Quis lembrar ao deputado Francisco Teixeira que a questão do cante nas escolas saiu de um colóquio em 2006, nos 20 anos dos Malteses, em que, na altura, a vereadora Sílvia Batista foi a relatora e a Câmara Municipal agarrou a ideia que surgiu justamente nesse colóquio promovido pela Associação os Malteses e com sucesso. -----

Quis mostrar a sua preocupação, porque ouviu falar de vários temas, ouviu todas as questões que foram aqui levantadas, mas não ouviu falar da parte cultural. Está preocupado com o estado da cultura no concelho de Almodôvar, já estava antes e continua a estar, porque não se fala de cultura e é preciso ter-se cultura para se fazer qualquer coisa. Reforçou a sua preocupação, porque não se está a dar a atenção devida à cultura, é um militante cultural e é por isso que está preocupado. -----

**FECHO:** Finda a ordem de trabalhos, e nada mais havendo a tratar, nos termos do Regimento e da alínea c) do n.º 1, do art.º 30º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a sessão por encerrada, eram vinte e três hora e cinquenta minutos, do dia 21 de novembro de 2014. -----

Para constar e para os fins consignados no n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação, se lavrou a presente ata da sessão. -----

Os anexos à ata fazem parte integrante da mesma e dão-se aqui por reproduzidos. -----

E eu, **Duarte Freitas de Sousa**, 1º secretário da mesa da Assembleia Municipal, a redigi e subscrevo. -----